



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 11

RELATÓRIO Nº 2145429 / 2019 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/SEPLAG

RELATÓRIO DE GESTÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 4031

EXERCÍCIO DE 2018

SIGLAS E ABREVIATURAS

- **AGIN** – Assessoria de Gestão da Inovação.
- **ANEEL** – Agência Nacional de Energia Elétrica.
- **ASCOM** – Assessoria de Comunicação Institucional.
- **ASCONT** – Assessoria Técnica e Jurídica para a Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio.
- **ASPRED** – Assessoria Técnica e Jurídica para Gestão Predial.
- **CEJUSC** – Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.
- **CODES** – Coordenação de Controle do Processamento da Despesa.
- **CNJ** – Conselho Nacional de Justiça.
- **DENGEP** – Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial.
- **DIRDEP** – Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas.
- **DIRFIN** – Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária.
- **DIRFOR** – Diretoria Executiva de Informática.
- **EAD** – Educação à Distância.
- **EJEF** – Escola Judicial Edésio Fernandes.
- **FEAM** – Fundação Estadual do Meio Ambiente.
- **FEPJ** – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.
- **GENOT** – Gerência de Orientação e Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro.
- **GEPEC** – Gerência de Patrimônio Imobiliário e Controle de Contas.
- **GEREC** – Gerência de Controle de Receitas e Repasses Especiais.
- **IPCA** – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
- **IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano.
- **IEF** – Instituto Estadual de Florestas.
- **IMA** – Instituto Mineiro de Agropecuária.
- **LOA** – Lei de Orçamento Anual.
- **PIB** – Produto Interno Bruto.
- **PJe** – Processo Judicial Eletrônico.
- **PPAG** – Plano Plurianual de Ação Governamental.
- **SEEU** – Sistema Eletrônico de Execução Unificado.
- **SELIC** – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
- **SEPLAG** – Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional.
- **SEPLAG-MG** – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
- **SIAFI-MG** – Sistema Integrado de Administração Financeira.
- **SIGPLAN** – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.
- **SISOR** – Sistema Orçamentário.
- **SISORÇA** – Sistema de Projeção e Execução Orçamentária.
- **TJMG** – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- **UO** – Unidade Orçamentária.

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO
2.	ORÇAMENTO
2.1	Proposta Orçamentária
2.1.1	Da Estimativa dos Recursos Financeiros
2.1.2	Do Orçamento das Despesas
2.1.3	Dos Créditos Suplementares
3.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1	Execução das Receitas
3.2	Execução das Despesas
3.2.1	Ação 2119 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores
3.2.2	Ação 1091 – Celeridade na Prestação Jurisdicional
3.2.3	Ação 2050 – Gestão Administrativa de 1ª e 2ª Instâncias
3.2.4	Ação 2091 – Obras e Gestão Predial
3.2.5	Ação 4395 – Processamento Judiciário
3.2.6	Ação 2025 – Gestão de TIC
3.2.7	Ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas
4.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
5.	ACOMPANHAMENTO DAS METAS NACIONAIS
6.	ATOS DE GESTÃO

1. APRESENTAÇÃO

Nos termos da Portaria-Conjunta nº 782/PR/2018, compete à SEPLAG elaborar o Relatório sobre os Atos de Gestão, por meio do qual se apresentam os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas no exercício de 2018.

O Órgão Especial, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, considerando a necessidade de integrar as ações de gestão ao planejamento anual, regulamentou o fluxo decisório dos atos de gestão, conforme Resolução nº 854/2017. Nesse sentido, o Comitê Estratégico de Gestão Institucional tem como papel, entre outros, analisar as propostas de políticas e estratégias institucionais, o Plano Estratégico de Gestão Institucional, a programação anual de projetos e atividades a serem desenvolvidas.

O Comitê Executivo de Gestão Institucional, por sua vez, tem como objetivo planejar e assegurar a implantação de políticas, de diretrizes, do Plano Estratégico de Gestão Institucional e da programação anual de projetos e atividades aprovados pelo Comitê Estratégico de Gestão

Institucional, em consonância com a legislação vigente, assim como facilitar o alcance dos resultados, frente às metas estabelecidas para as secretarias e as diretorias executivas que integram a Secretaria do Tribunal.

A Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças, instituída pela Resolução do Tribunal Pleno nº 03/2012, também possui papel importante no fluxo decisório dos atos de gestão. Isto porque, compete a esta Comissão, emitir parecer sobre as propostas para as leis de diretrizes orçamentárias e orçamento anual que, em linhas gerais, são instrumentos associados ao planejamento das ações no âmbito da instituição.

A Resolução TJMG nº 739/2013, que regulamenta o Fundo Especial do Poder Judiciário, prevê, ainda, a competência para o Grupo Coordenador do FEPJ, de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, bem como a definição de programas prioritários.

Além disso, cumpre relatar a instituição dos Comitês Orçamentários, em atendimento à Resolução CNJ nº 195/2014. A instituição desses órgãos colegiados, com composição e atribuições específicas, reflete um modelo gerencial orientado para a gestão compartilhada. E a intenção de suas criações é, justamente, a de viabilizar a operacionalização do mecanismo de tomada de decisões de forma partilhada e sistematizada.

Estas instâncias formaram o corpo decisório e participativo vigente no ano de 2018, ao longo das gestões dos Excelentíssimos Presidentes Desembargador Herbert José Almeida Carneiro, Desembargador Geraldo Augusto de Almeida e Desembargador Nelson Missias de Moraes. Ao longo deste Relatório, serão registrados os dados referentes aos atos que marcaram a gestão de 2018, bem como informações atinentes ao orçamento executado no exercício.

2. ORÇAMENTO

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, observados os dispositivos legais que regem o orçamento público, promove a programação e a execução de seus recursos por intermédio de duas Unidades Orçamentárias:

- 1031 – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG);
- 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais (FEPJ).

Na UO 4031 - FEPJ são processadas despesas correntes e de capital associadas ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário, exceto as relativas a proventos, vencimentos, pensões e subsídios. São financiadas pelas seguintes fontes de recursos:

- 24 – Convênios com a União e suas Entidades;
- 47 – Alienação de Bens de Entidades Estaduais;
- 60 – Recursos Diretamente Arrecadados;
- 70 – Convênios com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as Instituições Privadas;
- 77 – Receitas de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais.

2.1. Proposta Orçamentária

A Proposta Orçamentária do Fundo Especial do Poder Judiciário – UO 4031 – foi elaborada em observância aos preceitos estabelecidos na Lei Estadual nº. 22.626/2017, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2018. Para tanto, foram observados os seguintes parâmetros:

1. Anexo I – Demonstrativo das Metas Fiscais, que estabeleceu os seguintes parâmetros macroeconômicos:
 - Crescimento real do PIB em 2,5%;

- Inflação medida pelo IPCA em 4,5%;
 - Taxa Básica de Juros da Economia - SELIC em 8,97%.
2. Previsão de receitas a serem arrecadadas (fontes 24, 47, 60, 70 e 77) em 2018, conforme estimativa realizada pela DIRFIN.
 3. Resoluções CNJ nº. 195/2014 e 198/2014, que dispõem sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau, e sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

Após a elaboração da Proposta Orçamentária nos parâmetros da LDO, o documento foi submetido à aprovação do Órgão Especial, em sessão realizada em 30/08/2017. A proposta, uma vez aprovada, foi encaminhada ao Poder Executivo por meio do Ofício 018/GAPRE/SEPLAG/2017, de 31/08/2017. A área técnica do TJMG, por conseguinte, cuidou do lançamento dos dados no Sisor, nos limites aprovados pelo Órgão Especial.

Entretanto, em 22/09/2017, uma semana antes da data máxima para envio da proposta orçamentária para apreciação pelo Poder Legislativo, o Poder Executivo enviou Ofício^[1] ao Tribunal de Justiça, em que informava a aplicabilidade do Decreto Federal nº. 9.056/2017 à elaboração da proposta orçamentária de 2018. O mencionado Decreto regulamenta a Lei Complementar nº. 156/2016, que estabelece o plano de auxílio financeiro aos Estados. Traz em seu escopo a metodologia do cálculo do teto de gastos aplicável aos Estados e Distrito Federal, no que se refere às despesas primárias correntes.

O Tribunal de Justiça, por sua vez, encaminhou resposta^[2] ao Poder Executivo, com ponderações acerca do informado. Destaca-se a manifestação de que a proposta orçamentária aprovada pelo Órgão Especial procurou observar as diretrizes da LDO e que estas diretrizes não faziam menção aos regramentos do Decreto Federal nº. 9.056/2017.

Ainda assim, o Poder Executivo encaminhou à Assembleia Legislativa a opção de dois Quadros de Detalhamento da Despesa para a UO 4031. O primeiro deles indicava a proposta denominada "do Poder" e, o segundo, a proposta do Executivo para o Poder, considerando a Lei Complementar nº. 156/2016.

Em novembro de 2017, os técnicos do Poder Executivo informaram à área técnica do Tribunal de Justiça, por e-mail, que o Sisor seria novamente aberto para ajustes da proposta orçamentária de 2018. Para os recursos das fontes próprias, a receita prevista se constituiria no limitador do detalhamento da despesa. Sendo assim, para a UO 4031, o orçamento transmitido e que, por conseguinte, restou consignado na Lei Orçamentária Anual – Lei nº. 22.943 de 12/01/2018, foi exatamente o aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

2.1.1 - Da Estimativa dos Recursos Financeiros

Tendo por objetivo assegurar os recursos necessários ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário, o FEPJ tem suas fontes de financiamento regulamentadas no art. 3º da Lei Estadual nº. 20.802/2013:

Constituem recursos do Fundo:

I – dotações específicas destinadas ao FEPJ no orçamento do Estado;

II – receitas provenientes do pagamento das custas judiciais devidas ao Estado no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus;

III – receitas provenientes da arrecadação da Taxa Judiciária;

IV – receitas provenientes da arrecadação da Taxa de Fiscalização Judiciária relativas ao exercício do poder de polícia realizado pelo Poder Judiciário;

V – receitas provenientes de contratos ou convênios firmados com instituição financeira oficial em contrapartida à sua qualificação como agente mantenedor dos saldos de depósitos judiciais e precatórios até o seu normal levantamento pelos titulares;

VI – doações, legados e outras contribuições;

VII – receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados com o TJMG;

VIII – valores transferidos ao FEPJ por entidades públicas ou créditos adicionais que lhe

venham a ser atribuídos;

IX – valores resultantes de alienação ou locação de bens móveis ou imóveis e de alienação de bens inservíveis constantes do patrimônio do TJMG;

X – remuneração oriunda de aplicação financeira com recursos do FEPJ;

XI – cominações pecuniárias decorrentes de processos judiciais, inclusive as previstas na legislação processual, quando não houver outra destinação prevista em lei;

XII – valores provenientes do pagamento de inscrição em concursos, cursos, conferências, simpósios e outros eventos promovidos pelo TJMG;

XIII – empréstimos contraídos junto a organismos nacionais e internacionais e destinados ao FEPJ, observada a legislação vigente;

XIV – outras receitas que lhe forem atribuídas em lei.

Para o exercício financeiro de 2018, o FEPJ apresentou, inicialmente, uma expectativa de realização de recursos para cobertura de suas obrigações no montante de R\$1.220.551.640,00, oriundos de fontes de recursos de convênios com a União e Municípios – Fontes 24 e 70, respectivamente; Receitas de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais – Fonte 77; e Recursos Diretamente Arrecadados – Fonte 60.

O Quadro I, a seguir, demonstra o detalhamento dos recursos estimados inicialmente para a UO 4031, com destaque para a Taxa de Fiscalização Judiciária – Fonte 77.

[1] Ofício OF. GAB.GOV. nº 1567/17, de 22/09/2017.

[2] Ofício N° 1.111/GAPRE/2017.

QUADRO I				
RECURSOS INICIAIS PREVISTOS 2018				
UO	Fonte Recurso	Fonte Recurso - Descrição	Valor Previsto Inicial	% em relação ao Total
4031	24	CONVENIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIAO E SUAS ENTIDADES	126.860,00	0,01%
4031	47	ALIENACAO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	1.000.000,00	0,08%
4031	60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	396.406.747,00	32,48%
4031	70	CONVENIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DOS MUNICIPIOS, ESTADOS E ORGANIZACOES PARTICULARES	1.691.460,00	0,14%
4031	77	RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	821.326.573,00	67,29%
Total			1.220.551.640,00	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI MG e Demonstrativo da Receita Orçamentária SIAFI MG

Além disso, foram previstos na composição do orçamento do FEPJ os valores de repasses advindos da UO 1031 – Tribunal de Justiça, com expectativa de realização no montante de R\$ 19.972.976,00. Acrescente-se, ainda, valor de repasse intraorçamentário de recursos de convênios celebrados com órgãos públicos do Estado, no montante de R\$780.000,00.

Os recursos advindos da UO 1031 – TJMG foram constituídos pela Remuneração de Depósitos Bancários auferidos por aquela unidade e que foram alocados no orçamento do FEPJ para fazer face a despesas de custeio.

Os recursos advindos de outras unidades pertencentes ao orçamento fiscal decorreram de convênios firmados com a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, com o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA e com Instituto Estadual de Florestas – IEF, a fim de custear diligências judiciais de interesse de suas administrações.

QUADRO II				
REPASSE ORÇAMENTARIO 2018				
Fonte	Procedência	U.O. de Procedência do Recurso	Valor Previsto	% em relação ao total
60	2	TJMG	19.972.976,00	96,24%
60	2	Instituto Estadual de Florestas - IEF	600.000,00	2,89%
60	2	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	120.000,00	0,58%
60	2	Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM	60.000,00	0,29%
Total			20.752.976,00	100,00

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFIMG e Relatório de Repasses da Proposta Orçamentária de 2018

Registra-se, ainda, recurso de emenda parlamentar alocado para o FEPJ quando da tramitação e aprovação da Lei Orçamentária Anual. O montante destacado foi de R\$200.000,00.

A receita orçamentária total prevista para a UO 4031 e que ficou consignada na Lei Orçamentária Anual de 2018 foi de R\$1.241.503.616,00.

QUADRO III				
RECEITA TOTAL PREVISTA				
Descrição	Fonte	Descrição	Valor Previsto - LOA	% em relação ao Total
REPASSES	60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	20.752.976,00	1,67%
RECEITAS	10	RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00	0,02%
	24	CONVENIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIAO E SUAS ENTIDADES	126.860,00	0,01%
	47	ALIENACAO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	1.000.000,00	0,08%
	60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	396.406.747,00	31,93%
	70	CONVENIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DOS MUNICIPIOS, ESTADOS E ORGANIZACOES PARTICULARES	1.691.460,00	0,14%
	77	RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	821.325.573,00	66,16%
Total			1.241.503.616,00	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFIMG

Nota: Repasse orçamentário no valor de R\$1.000,00 (fonte 77) para a EGE – Fazenda, no momento da confecção da proposta orçamentária.

2.1.2 - Do Orçamento das Despesas

A Proposta Orçamentária do FEPJ para cobertura das despesas correntes e de capital destinadas ao custeio operacional de suas atividades, pagamento de auxílios a magistrados e servidores, bem como a realização de investimentos, foi inicialmente fixada em R\$ 1.241.503.616,00.

Comparativamente aos créditos aprovados na LOA do exercício financeiro anterior, verifica-se um acréscimo de 2,82%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO IV					
CRÉDITOS INICIAIS 2017 e 2018					
UO	Ação	Descrição	2017	2018	% variação
4031	1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL	14.148.020,00	20.118.247,00	42,20%
4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	69.394.076,00	86.159.478,00	24,16%
4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	461.968.315,00	447.826.648,00	-3,06%
4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	182.419.168,00	226.236.067,00	24,02%
4031	2109	FORMACAO, APERFEICOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTINUO DE PESSOAS	4.980.000,00	4.495.901,00	-9,72%
4031	2119	AUXILIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	408.119.138,00	396.406.747,00	-2,87%
4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	66.372.712,00	60.260.528,00	-9,21%
Total			1.207.401.430,00	1.241.503.616,00	2,82%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFIMG

2.1.3 - Dos Créditos Suplementares

Considerando a Portaria TJMG nº. 3.962/2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Fundo Especial do Poder Judiciário e, considerando a necessidade de readequar

os créditos orçamentários iniciais do exercício financeiro de 2018, foi protocolado junto à SEPLAG/MG, em 09/07/2018, o Ofício nº. 412/GAPRE/2018, solicitando a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo, no montante de R\$63.095.530,00.

Cumprido frisar que o pedido de suplementação procurou atender aos valores programados pelas áreas gestoras ao final de maio/2018 e encaminhados à SEPLAG. A programação consistia em uma previsão de desembolso a se realizar até o final do exercício financeiro, observando-se os contratos em vigor e a estimativa de despesas a serem contratadas ao longo do ano. Com base nessas informações, considerou-se a despesa já realizada, a despesa estimada a se realizar e o crédito inicial. A partir daí, foi possível detectar se o crédito inicial seria capaz de suportar toda a programação de desembolso prevista, de modo que, para alguns casos, fazia-se necessária a solicitação de suplementação de créditos.

Transformada na Lei nº 23.098, de 30/08/2018, a suplementação foi registrada no SIAFI/MG por meio do Decreto NE nº. 432, de 31/08/2018. O crédito suplementar aberto utilizou-se de:

- R\$ 2.598,00 referentes ao superávit financeiro de recursos próprios do FEPJ da receita de Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas entidades - Fonte 24;
- R\$ 156.132,00 referentes ao superávit financeiro de recursos próprios do FEPJ da receita de Convênios, Acordos e Ajustes provenientes dos Municípios, Estados e Organizações Particulares - Fonte 70;
- R\$ 17.111.800,00 referentes ao superávit financeiro de recursos próprios do FEPJ da receita de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais - Fonte 77;
- R\$ 688.200,00 referentes ao superávit financeiro de recursos próprios do FEPJ da receita de Alienação de Bens de Entidades Estaduais - Fonte 47;
- R\$22.000.000,00 referentes à anulação de dotações orçamentárias do grupo de despesa Outras Despesas Correntes, com recursos da receita de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais – Fonte 77;
- R\$23.136.800,00 referentes à anulação de dotações orçamentárias do grupo de despesa Investimentos, com recursos da receita de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais – Fonte 77.

Os créditos suplementares ficaram assim distribuídos nas ações orçamentárias do FEPJ:

- R\$ 14.000.000,00 em favor da Ação 2025 – Gestão de Serviços de TIC, Grupo 4 - Investimentos;
- R\$ 13.200.000,00 em favor da Ação 2050 – Gestão Administrativa de 1ª e 2ª Instâncias, Grupo 3 – Outras Despesas Correntes;
- R\$ 9.011.800,00 em favor da Ação 2050 – Gestão Administrativa de 1ª e 2ª Instâncias, Grupo 4 - Investimentos;
- R\$ 100.000,00 em favor da Ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas, Grupo 3 – Outras Despesas Correntes;
- R\$ 26.658.730,00 em favor da Ação 4395 – Processamento Judiciário, Grupo 3 – Outras Despesas Correntes.
- R\$ 125.000,00 em favor da Ação 4395 – Processamento Judiciário, Grupo 4 – Investimentos.

As anulações de créditos, utilizadas para suplementar outras dotações do orçamento de 2018, podem ser assim destacadas, considerando as ações orçamentárias do FEPJ:

- R\$22.000.000,00 da Ação 2025 – Gestão de Serviços de TIC, Grupo 3 – Outras Despesas Correntes;
- R\$23.136.800,00 da Ação 2091 – Obras e Gestão Predial, Grupo 4 – Investimentos.

Considerando os créditos orçamentários iniciais e a suplementação autorizada para o ano de 2018, verifica-se que o montante de crédito autorizado disponível ou efetivo passou a ser de R\$1.259.462.346,00, representando um acréscimo de 1,45% em relação ao inicialmente previsto para o exercício.

QUADRO V							
CRÉDITO INICIAL E CRÉDITO AUTORIZADO 2018							
Ação	Ação - Descrição	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	Crédito Inicial	Suplementação	Anulação	Crédito Autorizado
1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.030.094,00	-	-	16.030.094,00
1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL	4	INVESTIMENTOS	4.088.153,00	-	-	4.088.153,00
2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.779.868,00	-	22.000.000,00	43.779.868,00
2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	4	INVESTIMENTOS	20.379.610,00	14.000.000,00	-	34.379.610,00
2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	439.429.748,00	13.200.000,00	-	452.629.748,00
2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	4	INVESTIMENTOS	8.396.900,00	9.011.800,00	-	17.408.700,00
2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78.248.855,00	-	-	78.248.855,00
2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	4	INVESTIMENTOS	147.987.212,00	-	23.136.800,00	124.850.412,00
2109	FORMACAO, APERFEICOMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTINUO DE PESSOAS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.495.901,00	100.000,00	-	4.595.901,00
2119	AUXILIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	396.406.747,00	-	-	396.406.747,00
4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.260.528,00	26.658.730,00	-	86.919.258,00
4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	4	INVESTIMENTOS	-	125.000,00	-	125.000,00
Total				1.241.503.616,00	63.095.530,00	45.136.800,00	1.259.462.346,00

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFIMG

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Execução das Receitas

No decorrer do exercício financeiro de 2018, ocorreram variações nos parâmetros macroeconômicos inicialmente utilizados para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual. Referenciais como IPCA e Taxa SELIC sofreram oscilações, o que é compreensível dada a conjuntura nacional de ajustes na área econômica, onde se procurou manter a taxa básica de juros em patamares mais baixos^[3], permitindo um crescimento da economia, sem que isso pudesse provocar a alta da taxa de inflação.

A inflação medida pelo IPCA, no ano de 2018, foi de 3,75%, dentro da meta do governo federal. A taxa SELIC, por sua vez, apresentou queda no período, fechando em dezembro de 2018 em 6,50%^[4].

Em Minas Gerais, o cenário foi marcado pelo agravamento da crise econômica e financeira. No âmbito do Fundo Especial, os reflexos puderam ser percebidos no atraso dos repasses dos recursos da administração de depósitos judiciais, conforme Lei Estadual nº. 21.720/2015.

O quadro a seguir demonstra os recursos financeiros previstos e os arrecadados em 2018, por fonte de recursos.

QUADRO VI						
RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA E ARRECADADA 2018						
UO	Fonte Recurso	Fonte Recurso - Descrição	Valor Previsto Inicial	Valor Previsto Atualizado	Valor Arrecadado	Varição Percentual*
4031	60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS (REPASSE TJMG PARA FEPJ)	19.972.976,00	19.972.976,00	15.809.076,68	-20,85%
Total (Repasse UO TJMG para UO FEPJ)			19.972.976,00	19.972.976,00	15.809.076,68	-20,85%
4031	24	CONVENIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIAO E SUAS ENTIDADES	126.860,00	126.860,00	15.076,36	-88,12%
4031	47	ALIENACAO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	38.342,40	-96,17%
4031	60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	396.430.747,00	440.430.747,00	280.637.893,58	-36,28%
4031	70	CONVENIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DOS MUNICIPIOS, ESTADOS E ORGANIZACOES PARTICULARES	1.691.460,00	1.691.460,00	319.597,85	-81,11%
4031	77	RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	821.332.573,00	821.332.573,00	875.753.619,11	6,63%
Total (FEPJ)			1.220.581.640,00	1.264.581.640,00	1.156.764.529,30	-8,53%

*Variação percentual do Valor Previsto Atualizado em relação ao Valor Arrecadado.

Notas: 1. Os valores previstos para as fontes 60 e 77 sofreram alterações após a previsão inicial (compare Quadro I e Quadro VII).

2. Os valores arrecadados não contemplam as transferências financeiras feitas pelos Órgãos com os quais o FEPJ firmou convênio (UMA, FEAM e JEF).

[3] Ata da 219ª Reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil, de 11 e 12 de dezembro de 2018, disponível em www.bcb.gov.br.

[4] Dados publicados pelo Banco Central do Brasil e disponíveis em www.bcb.gov.br.

O próximo quadro mostra a receita inicialmente prevista, a receita atualizada e a efetivamente arrecadada, por classificação da receita.

QUADRO VII							
RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA E ARRECADADA 2018 - POR CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA							
UO	Classificação Receita - Código	Classificação Receita - Descrição	Fonte Recurso - Código	Valor Previsto Inicial	Valor Previsto Atualizado	Valor Arrecadado	Varição Percentual*
1031	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	60	19.972.976,00	19.972.976,00	15.240.921,42	-23,69%
1031	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	60	-	-	568.155,26	-
Total (Repasse UO TJMG para UO FEPJ)				19.972.976,00	19.972.976,00	15.809.076,68	-20,85%
4031	1121011102000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - PRINCIPAL	77	599.113.675,00	599.113.675,00	666.882.470,66	11,31%
4031	1121011202000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - MULTAS E JUROS	77	2.785.896,00	2.785.896,00	2.421.530,28	-13,08%
4031	1121011302000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA	77	41.100,00	41.100,00	154.702,96	276,41%
4031	1121011402000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	77	79.769,00	79.769,00	128.023,78	60,49%

4031	1122011102000	RECEITA JUDICIARIA - PRINCIPAL - JUIZADO ESPECIAL	77	16.149.816,00	16.149.816,00	11.081.307,88	-31,38%
4031	1122011108000	TAXA JUDICIARIA - PRINCIPAL	77	89.390.878,00	89.390.878,00	90.415.746,38	1,15%
4031	1122011202000	RECEITA JUDICIARIA - MULTAS E JUROS - JUIZADO ESPECIAL	77	196,00	196,00	101,66	-48,13%
4031	1122011208000	TAXA JUDICIARIA - MULTAS E JUROS	77	933,00	933,00	774,85	-16,95%
4031	1122011302000	RECEITA JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - JUIZADO ESPECIAL	77	850.278,00	850.278,00	559.870,51	-34,15%
4031	1122011308000	TAXA JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA	77	3.331.951,00	3.331.951,00	2.227.453,10	-33,15%
4031	1122011402000	RECEITA JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - JUIZADO ESPECIAL	77	212.136,00	212.136,00	93.184,89	-56,07%
4031	1122011408000	TAXA JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	77	1.082.200,00	1.082.200,00	418.152,39	-61,36%
4031	1122021101000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	77	99.070.843,00	99.070.843,00	94.603.887,52	-4,51%
4031	1122021201000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	77	2.010,00	2.010,00	1.240,06	-38,31%
4031	1122021301000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	77	7.340.972,00	7.340.972,00	4.225.912,95	-42,43%
4031	1122021401000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	77	1.843.920,00	1.843.920,00	862.475,62	-53,23%
4031	1310021101001	CONCESSAO, PERMISSAO, AUTORIZACAO OU CESSAO DO DIREITO DE USO DE BENS IMOVEIS PUBLICOS - PRINCIPAL - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	60	340.127,00	340.127,00	339.175,15	-0,28%
4031	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	60	63.335.734,00	63.335.734,00	49.932.540,94	-21,16%
4031	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	24	860,00	860,00	-	-100,00%
4031	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	70	11.460,00	11.460,00	-	-100,00%
4031	1360011101000	CESSAO DO DIREITO DE OPERACIONALIZACAO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL -	60	6.000,00	44.000.000,00	44.000.000,00	0,00%

		FOLHA DE PESSOAL					
4031	1390001101000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	60	6.000,00	6.000,00	-	-100,00%
4031	1390001101000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	77	6.000,00	6.000,00	-	-100,00%
4031	1390001201000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - MULTAS E JUROS	60	6.000,00	6.000,00	-	-100,00%
4031	1610011101000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	60	89.075.065,00	89.075.065,00	82.208.130,73	-7,71%
4031	1610011113000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - FOTOCOPIAS E COPIAS HELIOGRAFICAS	60	1.199,00	1.199,00	-	-100,00%
4031	1610011123001	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - PODER JUDICIARIO - SERVICO PUBLICO JUDICIARIO	60	8.352.042,00	8.352.042,00	-	-100,00%
4031	1610011123002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	60	4.971,00	4.971,00	13.537.172,09	272.222,91%
4031	1610011223002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - MULTAS E JUROS - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	60	198,00	198,00	194,88	-1,58%
4031	1610011323002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - DIVIDA ATIVA - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	60	1.441.469,00	1.441.469,00	988.055,75	-31,45%
4031	1610011423002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	60	348.414,00	348.414,00	172.518,53	-50,48%
4031	1610021101000	INSCRICAO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	60	2.580.000,00	2.580.000,00	4.802.410,01	86,14%
4031	1690991101000	OUTROS SERVICOS - PRINCIPAL	60	11.420.630,00	11.420.630,00	-	-100,00%
4031	1690991201000	OUTROS SERVICOS - MULTAS E JUROS	60	6.000,00	6.000,00	-	-100,00%
4031	1718109102001	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	24	96.000,00	96.000,00	15.076,36	-84,30%
4031	1718109102002	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	24	30.000,00	30.000,00	-	-100,00%

4031	1738109102001	DIVERSOS MUNICIPIOS/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	70	1.680.000,00	1.680.000,00	319.597,85	-80,98%
4031	1910011108001	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	60	-	1.000,00	704.292,37	70.329,24%
4031	1910011108002	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - CORRECAO MONETARIA	60	-	1.000,00	41.119,47	4.011,95%
4031	1910011208001	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - MULTAS E JUROS - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	60	-	1.000,00	43.338,30	4.233,83%
4031	1910081101000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - MULTAS PECUNIARIAS E JUROS DE MORA FIXADOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	77	12.000,00	12.000,00	132.413,12	1.003,44%
4031	1910091101000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	77	6.000,00	6.000,00	769.897,08	12.731,62%
4031	1910091101000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	60	6.000,00	6.000,00	359,87	-94,00%
4031	1921991101999	OUTRAS INDENIZACOES - PRINCIPAL - OUTROS	60	6.000,00	6.000,00	91.358,30	1.422,64%
4031	1921991101999	OUTRAS INDENIZACOES - PRINCIPAL - OUTROS	77	6.000,00	6.000,00	57.071,70	851,20%
4031	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	77	6.000,00	6.000,00	717.401,72	11.856,70%
4031	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	60	6.000,00	6.000,00	154.983,18	2.483,05%
4031	1990991109001	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	60	-	1.000,00	21.109.596,71	2.110.859,67%
4031	1990991109002	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - CORRECAO MONETARIA	60	-	1.000,00	11.898,60	1.089,86%
4031	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	60	130.954,00	130.954,00	178.283,69	36,14%

4031	1990991209001	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - MULTAS E JUROS - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	60	-	1.000,00	55.421,30	5.442,13%	
4031	2213001199000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL - DEMAIS	47	1.000.000,00	1.000.000,00	38.342,40	-96,17%	
4031	7310021101001	RECEITA INTRAORÇAMENTARIA - CONCESSAO, PERMISSAO, AUTORIZACAO OU CESSAO DO DIREITO DE USO DE BENS IMOVEIS PUBLICOS - PRINCIPAL - CONCESSAO DE DIREITO	60	243.763,00	243.763,00	2.267.043,71	830,02%	
4031	7610011101000	RECEITA INTRAORÇAMENTARIA - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	60	219.114.181,00	219.114.181,00	60.000.000,00	-72,62%	
Total (FEPJ)					1.220.581.640,00	1.264.581.640,00	1.156.764.529,30	-8,53%

Em consulta à GERECEC^[5], obtivemos as seguintes informações:

- 1121.01.1.1.02.000 - Taxa de Fiscalização Judiciária – Fonte 77: arrecadação superavitária possivelmente em decorrência da vigência da Lei 22.796/2017, que alterou a Lei 15.424/2004, incluindo novos atos nos anexos da Lei.
- 7610.01.1.1.01.000 - Receita Intraorçamentária - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Administração de Depósitos Judiciais – Fonte 60: arrecadação deficitária em função de atrasos nos pagamentos previstos no art. 2º da Lei nº 21.720/2015. Foram repassadas duas parcelas: uma de R\$50 milhões em outubro/2018 e outra de R\$10 milhões em dezembro/2018.
- 1690.99.1.1.01.000 - Outros Serviços – Principal – Fonte 60: receita reclassificada no ano de 2018 conforme esclarecimentos que constam no Processo SEI nº 0116127-57.2018.8.13.0000. Utilizou-se a classificação 1610.01.1.1.23.002 - *Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Poder Judiciário - Despesas Processuais* para a contabilização da receita arrecadada ao longo do ano de 2018. Note-se, a partir do quadro acima, a variação observada na receita contabilizada nesta classificação.
- 1990.99.1.1.09.001 - Outras Receitas - Primárias - Principal - Excedente ao Teto dos Interinos - Notários e Registradores – Principal – Fonte 60: receita não prevista no momento da elaboração da LOA. É a receita do excedente ao teto remuneratório dos interinos, apurado no ano de 2017, e que se refere aos últimos 5 anos. A otimização dos recolhimentos está associada à constante fiscalização, por parte da Corregedoria-Geral, nos cartórios espalhados pelo Estado^[6].

O quadro abaixo mostra o valor da receita efetivamente arrecadada (contabilizada) no ano de 2017, em relação ao ano de 2018. Note-se uma queda na arrecadação da fonte 77, justificada por contabilização de receita que se encontrava represada, no montante de R\$46,6 milhões, referentes ao período de 2006 a 2016, e que foi processada no ano de 2017^[7].

QUADRO VIII					
VARIÇÃO RECEITA ARRECADADA 2017 X 2018					
UO	Fonte	Fonte Recurso - Descrição	Valor Arrecadado 2017	Valor Arrecadado 2018	Varição %
4031	24	CONVENIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIAO E SUAS ENTIDADES	36.059,19	15.076,36	-58,19%
4031	47	ALIENACAO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	688.200,00	38.342,40	-94,43%
4031	60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	263.643.666,15	280.637.893,58	6,45%
4031	70	CONVENIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DOS MUNICIPIOS, ESTADOS E ORGANIZACOES PARTICULARES	558.637,70	319.597,85	-42,79%
4031	77	RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	919.242.993,18	875.753.619,11	-4,73%
4031	60	CONVENIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIAO E SUAS ENTIDADES	14.523.334,32	15.809.076,68	8,85%
Total			1.198.692.890,54	1.172.573.605,98	-2,18%

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAF/MG

Nota: Os valores arrecadados não contemplam os valores efetivamente repassados pelos Órgãos com os quais o FEPJ firmou convênio (IMA, FEAM e IEF).

3.2. Execução das Despesas

As despesas realizadas no FEPJ, em 2018, totalizaram R\$997.091.787,89, o que representa um percentual de execução de 80,31% em relação ao crédito orçamentário inicial. Em relação ao crédito orçamentário autorizado, isto é, o crédito inicial somado ao suplementar, o percentual de execução apurado é de 79,17%.

[5] E-mail encaminhado à GEREÇ, em 28/01/2019.

[6] E-mail encaminhado pela GENOT, em 24/09/2018.

[7] Conforme Relatório de Gestão de 2017, UO 4031.

QUADRO IX							
DESPEAS ORÇADAS E REALIZADAS - 2018							
UO	Ação	Descrição	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada 2018	% execução (em relação ao crédito inicial)	% execução (em relação ao crédito autorizado)
4031	1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL	20.118.247,00	20.118.247,00	19.065.659,99	94,77%	94,77%
4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	86.159.478,00	78.159.478,00	68.482.278,54	79,48%	87,62%
4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	447.826.648,00	470.038.448,00	439.611.745,81	98,17%	93,53%
4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	226.236.067,00	203.099.267,00	110.103.097,96	48,67%	54,21%
4031	2109	FORMACAO, APERFEICAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTINUO DE PESSOAS	4.495.901,00	4.595.901,00	4.475.590,21	99,55%	97,38%
4031	2119	AUXILIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	396.406.747,00	396.406.747,00	279.486.491,18	70,50%	70,50%
4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	60.260.528,00	87.044.258,00	75.866.924,20	125,90%	87,16%
Total			1.241.503.616,00	1.259.462.346,00	997.091.787,89	80,31%	79,17%

Nota: Percentual de execução em relação ao Crédito Orçamentário Inicial, conforme Monitoramento SIGPLAN. Ver Manual SIGPLAN acessível em: <http://www.planejamento.mg.gov.br>

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAF/MG

Segundo o Manual de Monitoramento do PPAG - 2018^[8], a ação orçamentária possui desempenho “satisfatório” quando sua execução física e financeira apresenta um índice de realização igual ou superior a 70% em relação à despesa programada. Execuções abaixo desse índice recebem o *status* denominado “crítico”; ações cujo percentual de execução for superior a 130% recebem, por sua vez, o *status* “subestimado”.

À exceção da ação orçamentária 2091 – Obras e Gestão Predial, todas as ações orçamentárias obtiveram um percentual de execução considerado “satisfatório”.

Ao compararmos a execução orçamentária das despesas nos anos de 2017 e 2018, verifica-se que houve um decréscimo no percentual de 6,69%, conforme detalhado no quadro abaixo.

QUADRO X					
DESPESAS REALIZADAS 2017 E 2018 – POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
UO	Ação	Ação - Descrição	Despesa Realizada 2017	Despesa Realizada 2018	% variação
4031	1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL	12.130.500,22	19.065.659,99	57,17%
4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	76.831.600,02	68.482.278,54	-10,87%
4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	433.385.861,11	439.611.745,81	1,44%
4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	172.388.936,48	110.103.097,96	-36,13%
4031	2109	FORMACAO, APERFEICOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTINUO DE PESSOAS	3.547.894,19	4.475.590,21	26,15%
4031	2119	AUXILIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	301.558.926,01	279.486.491,18	-7,32%
4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	68.728.807,29	75.866.924,20	10,39%
Total			1.068.572.525,32	997.091.787,89	-6,69%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI MG

[8] Manual de Monitoramento do PPAG disponível em: <http://www.planejamento.mg.gov.br/pagina/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-de-acao-governamental-ppag/plano-plurianual-de-acao>.

Os próximos tópicos desse relatório vão tratar da execução de cada ação orçamentária. Contudo, num primeiro momento, destacamos importante declínio na execução orçamentária da ação 2091 – Obras e Gestão Predial, na ordem de R\$62,2 milhões, onde são processadas despesas com o custeio das unidades prediais do Tribunal de Justiça, bem como com a execução de obras, reformas e outras intervenções.

Foi observada, ainda, uma queda na ordem de R\$8,3 milhões quando comparamos a despesa total executada na ação 2025 – Gestão de Serviços de TIC nos anos de 2017 e 2018. Nesta ação, são processadas as despesas com a execução de serviços na área de tecnologia da informação e a aquisição de equipamentos.

A variação negativa observada na ação orçamentária 2119 - Auxílios concedidos a magistrados e servidores se deve à medida de ajuste efetuada no decorrer do exercício, que permitiu o processamento de parte da despesa com auxílios na UO 1031. Maiores esclarecimentos constam na seção 3.2.1 deste relatório.

Noutro giro, registra-se importante crescimento na execução orçamentária da ação 1091 – Celeridade na Prestação Jurisdiccional, onde se processam as despesas associadas a projetos que podem impulsionar a prestação de justiça. A ação 4395 – Processamento Judiciário engloba, em maior parte, despesas com indenização de transporte devida a Oficiais de Justiça em cumprimento de diligências judiciais. Esta ação também apresentou crescimento, se comparada a 2017.

Quando comparamos a execução orçamentária por grupo de despesa, observamos que, em relação ao ano de 2017, houve pequena oscilação no montante processado da despesa com custeio. Registra-se, no entanto, que, ao contrário do que ocorreu em 2017, parte das despesas com auxílios (que constituem importante despesa de custeio) foram processadas na UO 1031 – TJMG. Esta situação será esclarecida, mais uma vez, no próximo tópico desta seção, quando abordaremos a execução orçamentária de cada ação.

QUADRO XI					
DESPESAS REALIZADAS 2017 E 2018 - POR GRUPO DE DESPESA					
UO	Grupo Despesa	Grupo Despesa - Descrição	2017	2018	% variação
4031	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	921.232.251,02	906.858.922,05	-1,56%
4031	4	INVESTIMENTOS	147.340.274,30	90.232.865,84	-38,76%
Total			1.068.572.525,32	997.091.787,89	-6,69%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI MG

A tabela a seguir demonstra as 30 maiores despesas apuradas no exercício de 2018. Ao longo desse relatório, abordaremos sobre algumas dessas despesas. Destacam-se, aqui, aquelas de

maior variação: contratos de energia elétrica, diárias, combustíveis e lubrificantes para veículos e honorários periciais. Uma ressalva, no entanto, para as despesas com energia elétrica que passaram a ser classificadas, em muitos casos, no item de despesa 39-69, em função de contratos celebrados em 2018 com as empresas fornecedoras de energia. Até o ano de 2017, utilizava-se, com maior frequência, o item 39-12.

Com relação às despesas com diárias, cumpre registrar o crescimento observado de 56,72% em relação ao ano anterior. Registra-se que, em 2018, houve a edição da Resolução nº. 872/2018, que modificou a Resolução nº. 660/2011, e trouxe alterações sobre a concessão e o pagamento de diárias a magistrados e servidores.

QUADRO XII						
EVOLUÇÃO 30 MAIORES DESPESAS DE CUSTEIO						
Posição	Elemento	Item	Descrição	Despesa Realizada 2017	Despesa Realizada 2018	% Variação
1	37	2	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	249.486.092,76	264.523.038,85	6,03%
2	46	1	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - PECUNIA	164.931.276,66	148.806.858,20	-9,78%
3	36	1	ESTAGIARIOS	66.884.916,42	67.155.174,48	0,40%
4	93	27	INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTIÇA	60.097.094,00	66.181.344,52	10,12%
5	93	23	INDENIZAÇÃO DE CORRENTE DE AUXÍLIO SAÚDE	52.825.173,47	55.872.779,74	5,77%
6	37	1	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	46.954.488,45	51.047.256,28	8,72%
7	93	24	AUXÍLIO MORADIA DE CARÁTER INDENIZATORIO	53.424.649,45	48.897.930,78	-8,47%
8	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO*	0,00	28.412.940,22	-
9	8	3	AUXÍLIO-DECRETE OU ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	28.199.428,38	25.664.636,70	-8,99%
10	39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	24.106.583,25	24.236.381,58	0,54%
11	39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	23.500.717,35	16.806.443,63	-28,49%
12	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO*	0,00	15.127.863,51	-
13	39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	3.751.106,45	10.389.183,71	176,96%
14	39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	12.942.666,49	8.331.656,15	-35,63%
15	14	1	DIARIAS - CIVIL	5.133.965,70	8.045.894,29	56,72%
16	49	5	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA ESTAGIARIOS PECUNIA	6.697.783,07	6.716.983,96	0,29%
17	39	20	LOCAÇÃO DE BENS IMOVEIS	6.870.014,44	5.607.625,68	-18,38%
18	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALAÇÕES E MATERIAL PERMANENTE	4.303.456,39	4.515.943,24	4,94%
19	39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	4.229.329,71	4.059.488,07	-4,02%
20	36	12	DESPESAS IMEDIATAS DE PRONTO PAGAMENTO	3.876.295,28	3.934.956,41	1,51%
21	36	11	LOCAÇÃO DE BENS IMOVEIS	4.533.561,48	3.873.925,78	-14,55%
22	36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	1.926.151,20	3.146.514,12	63,36%
23	36	27	JUIZES LEIGOS	2.290.781,39	2.267.533,77	-1,01%
24	39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	1.649.794,35	2.229.186,10	35,12%
25	39	74	SERVICO DE REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SIMPLIFICADO	0,00	2.119.672,00	-
26	30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	8.925.922,80	1.664.620,02	-81,35%
27	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	1.095.124,15	1.436.219,62	36,12%
28	30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	796.932,00	1.427.397,20	79,11%
29	39	37	TAXA DE CONDOMINIO	1.921.113,71	1.381.823,21	-28,07%
30	39	42	SERVICOS GRAFICOS DE SEGURANCA	1.271.975,81	1.179.266,49	-7,29%
			OUTROS	78.645.916,40	21.798.380,74	-72,28%
Total				921.232.251,02	906.858.922,05	-1,56%

* Classificações econômicas criadas em 30/01/2018, conforme Manual de Classificação Econômica disponível em www.planejamento.mg.gov.br. No ano de 2017, utilizou-se outra Classificação Econômica.

Fonte: Armazen de Informações – BU SIA-HMG

Já com relação aos investimentos previstos, nota-se, a partir do Quadro XIII, considerável variação negativa. Ressalte-se que boa parte das despesas com investimentos foram previstas para se realizarem na ação 2091 – Obras e Gestão Predial e, para esta ação, o índice de execução orçamentária apurado ficou muito aquém do esperado, que seria de ao menos 70%.

Abaixo, segue quadro com o detalhamento das maiores despesas com investimentos apuradas no ano de 2018.

QUADRO XIII						
Evolução das Maiores Despesas com Investimento - 2018 x 2017						
Posição	Elemento	Item	Descrição	Despesa Realizada 2017	Despesa Realizada 2018	% Variação
1	51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAVEIS	94.332.187,25	34.179.879,08	-63,77%
2	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	26.729.365,40	23.744.787,30	-11,17%
3	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO*	0,00	6.745.136,73	-
4	52	17	VEICULOS	1.710.374,10	5.102.920,00	198,35%
5	52	14	MOBILIARIO	7.444.972,17	3.912.779,67	-47,44%
6	51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAVEIS	1.545.141,31	3.375.385,36	118,45%
7	51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	1.848.691,36	3.125.638,27	69,07%
8	52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	1.035.463,81	3.056.993,61	195,23%
9	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	230.561,33	2.886.450,64	1151,92%
10	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	1.542.384,99	2.323.743,51	50,66%
			OUTROS	10.921.142,68	1.779.141,67	-83,71%
Total				147.340.274,30	90.232.865,84	-38,76%

* Classificações econômicas criadas em 30/01/2018, conforme Manual de Classificação Econômica disponível em www.planejamento.mg.gov.br. No ano de 2017, utilizou-se outra Classificação Econômica.
Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI MG

3.2.1 - Ação 2119 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

A ação orçamentária 2119 tem por finalidade garantir os recursos necessários ao pagamento de auxílios aos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça. Em 2018, a ação foi alocada da seguinte forma:

Função: 02 – Judiciária
 Subfunção: 061 – Ação Judiciária
 Programa: 701 – Apoio à Administração Pública
 Produto: Pessoa Beneficiada
 Unid. Medida: Pessoa
 Meta física: 16.511

A partir dos quadros que se seguem, note-se que a ação 2119 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores obteve um índice de execução financeira no limite do percentual considerado “satisfatório”. Tal situação se justifica tendo em vista que, em 2018, parte dos auxílios foram custeados com recursos alocados na UO 1031 – TJMG, por meio de suplementação. O relatório de atos de gestão referente àquela Unidade Orçamentária contera os esclarecimentos atinentes à abertura de crédito suplementar para o processamento das despesas com auxílios, entre outros. Destaca-se, de antemão, que esta medida encontra justificativa essencialmente na deficiência de arrecadação da fonte 60, em função do atraso nos repasses a serem realizados pelo Poder Executivo decorrentes da administração dos depósitos Judiciais, nos termos do art. 2º da Lei nº 21.720/2015.

Do ponto de vista da execução financeira da ação, destaca-se, ainda, que em Dezembro/2018, houve a inscrição do montante de R\$7.388.354,03 em restos a pagar. Ressalte-se que esse valor correspondia ao saldo da receita contabilizada na fonte 60 e que seria utilizada para o processamento dos auxílios saúde e transporte para servidores, aprovados em lei no dia 20/12/2018^[9]. Considerando a data da lei e considerando que seus efeitos retroagem a 01/01/2018, procedeu-se ao empenhamento de todo o saldo existente, uma vez que havia crédito orçamentário autorizado para isso.

A execução física, por sua vez, manteve-se próxima da totalidade estimada para o exercício. Cabe frisar que esta ação possui uma meta física “não cumulativa”, o que implica em dizer que o valor final apurado corresponde ao maior valor mensal informado em determinado mês do exercício. Nesse sentido, o Manual de Monitoramento do PPAG instrui:

Se a execução física for não cumulativa, os valores lançados mensalmente não se somam na totalização anual, pois compreendem a execução progressiva de um produto que é preponderantemente o mesmo. Assim, a totalização anual é automaticamente alimentada pelo maior valor mensal executado durante o exercício (MANUAL DE MONITORAMENTO DO PPAG 2018, pág. 52).

Para esta ação, o quantitativo de 16.258 pessoas corresponde ao valor informado no mês de janeiro e que representa o momento em que foi apurado o maior número de servidores ativos beneficiados com o pagamento dos auxílios alimentação e creche, de magistrados ativos que fizeram jus aos auxílios alimentação, saúde e moradia, bem como de magistrados aposentados que receberam pagamento referente ao auxílio saúde.

O quadro XIV mostra o detalhamento da execução financeira e física da ação, mês a mês. O quadro XV demonstra a execução territorializada da ação.

[9] Lei 23.173/2018, de 20/12/2018.

QUADRO XIV						
EXECUÇÃO MENSAL - AÇÃO 2019 - AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES						
Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
	Física	Física		Orçamentária	Orçamentária	
Jan	16.511	16.258	16.258	24.844.860,45	24.844.860,45	24.844.860,45
Fev	16.511	16.233	16.233	24.857.350,83	24.857.350,83	24.857.350,83
Mar	16.511	16.171	16.171	24.834.823,88	24.834.823,88	24.834.823,88
Abr	16.511	16.148	16.148	25.041.764,00	24.918.456,04	24.918.456,04
Mai	16.511	16.111	16.111	25.041.764,00	24.743.692,86	24.743.692,86
Jun	16.511	16.117	16.117	25.041.764,00	24.674.472,82	24.674.472,82
Jul	16.511	16.069	16.069	25.041.764,00	24.648.279,24	24.648.279,24
Ago	16.511	15.961	15.961	25.041.764,00	24.658.638,27	24.658.638,27
Set	16.511	16.059	16.059	25.041.764,00	24.736.066,67	24.736.066,67
Out	16.511	0	0	25.041.764,00	0	0
Nov	16.511	16.005	16.005	25.041.764,00	24.611.780,17	24.611.780,17
Dez	16.511	0	16.053	121.535.599,84	148.878.325,77	31.958.069,95
Total	16.511	16.258	16.258	396.406.747,00	396.406.747,00	279.486.491,18

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

QUADRO XV								
EXECUÇÃO TERRITORIALIZADA DA AÇÃO 2019 - AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES								
Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %
Alto Jequitinhonha	140	129	92,14	0,79	3.444.655,00	2.344.132,92	68,05	0,84
Caparaó	335	325	97,01	2,00	7.817.673,00	5.635.189,73	72,08	2,02
Central	150	156	104,00	0,96	3.467.605,00	2.494.648,41	71,94	0,89
Mata	1.145	1.082	94,50	6,66	27.380.886,00	18.883.898,72	68,97	6,76
Médio e Baixo Jequitinhonha	154	151	98,05	0,93	3.435.998,00	2.581.600,99	75,13	0,92
Metropolitano	8.097	7.970	98,43	49,02	189.383.222,00	133.094.168,80	70,28	47,62
Mucuri	239	225	94,14	1,38	6.056.127,00	4.154.230,80	68,6	1,49
Noroeste	346	344	99,42	2,12	8.470.108,00	6.142.035,67	72,51	2,20
Norte	645	636	98,60	3,91	16.173.238,00	11.729.080,47	72,52	4,20
Oeste	816	816	100,25	5,02	20.161.696,00	14.232.344,98	70,59	5,09
Sudoeste	450	453	100,67	2,79	10.325.815,00	7.290.456,36	70,60	2,61
Sul	1.448	1.429	98,69	8,79	35.063.213,00	24.560.858,32	70,05	8,79
Triângulo Norte	807	798	98,88	4,91	20.720.968,00	14.631.677,25	70,61	5,24
Triângulo Sul	517	512	99,03	3,15	12.823.897,00	9.054.267,69	70,60	3,24
Vale do Aço	373	369	98,93	2,27	10.159.416,00	7.259.385,87	71,45	2,60
Vale do Rio Doce	434	438	100,92	2,69	10.614.672,00	7.794.521,48	73,43	2,79
Vertentes	417	425	101,92	2,61	10.907.558,00	7.603.992,72	69,71	2,72
Total	16.511	16.258	98,47	100,00	396.406.747,00	279.486.491,18	70,50	100,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

3.2.2 - Ação 1091 - Celeridade na Prestação Jurisdicional

A ação 1091 - Celeridade na Prestação Jurisdicional tem por finalidade executar projetos previstos no planejamento estratégico que impactem diretamente no desempenho da prestação jurisdicional e, conseqüentemente, nos resultados entregues pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais à sociedade. Em 2018, a ação foi alocada da seguinte forma:

Função: 02 – Judiciária

Subfunção: 061 – Ação Judiciária

Programa: 706 – Prestação Jurisdicional

Produto: Projeto implantado

Unid. Medida: Projeto

Meta física: 38

Observe-se, a partir dos quadros que seguem, que a ação orçamentária 1091 obteve um índice de execução financeira “satisfatória”. As principais despesas processadas nesta ação e que contribuíram para o bom índice apurado estão relacionadas à locação de serviços de apoio administrativo e aquisição de equipamentos de informática, voltados para o Processo Judicial Eletrônico - PJe. Registra-se também o processamento de despesas associadas a outros projetos estratégicos do Tribunal e que podem contribuir para maior celeridade da prestação jurisdicional, a exemplo dos CEJUSC e SEEU.

O Contrato firmado com a M.I. Montreal Informática S.A. (CT 405/2014), cujo objeto é a prestação de atividades de operação assistida nos sistemas PJe e selo de fiscalização eletrônico, foi responsável por um empenhamento da ordem de R\$10 milhões nesta ação orçamentária. Esse valor corresponde a mais da metade do valor total processado na ação orçamentária 1091. Destaca-se ainda o Contrato firmado com a Microsens S.A. (CT 254/2018), cujo objeto é a aquisição de escâneres de mesa, bem como o Contrato celebrado com a Positivo S.A. (CT 206/2018), que formalizou a aquisição de computadores. Somados, totalizam um valor empenhado de mais de R\$3,3 milhões, em 2018. Todos os empenhos realizados em 2018 referentes a esses contratos foram associados à implementação do PJe, conforme consulta realizada no SISRÇA.

Destaca-se ainda o processamento de despesas com o custeio de estagiários que atuam junto aos CEJUSC e capacitações em sistemas informatizados do Tribunal associados ao PJe, SEI e SEEU, realizadas pela Escola Judicial.

A execução física apurada no período superou a meta inicial, estimada em 38 projetos. Foi informado um quantitativo de 42 projetos, que se referem a:

- Comarcas que receberam a instalação de PJe
- Comarcas que receberam a instalação de CEJUSC
- Projeto Gravação de audiências
- Implantação do SEEU
- Execução do Projeto Julgar

Acrescente-se informação dada pela AGIN^[10] de que, no ano de 2018, os CEJUSC do Estado realizaram 186.393 acordos, sendo 117.643 pré-processuais e 68.750 processuais. Registra-se, ainda, que foi implementado o CEJUSC itinerante, em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, tendo sido realizadas 87 audiências, com um índice de acordo de 48%.

O quadro XVI mostra o detalhamento da execução financeira e física da ação, mês a mês. O quadro XVII demonstra a execução territorializada da ação.

[10] Processo SEI 0004279-31.2019.8.13.0000.

QUADRO XVI						
EXECUÇÃO MENSAL - AÇÃO 1091 - CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação Física	Reprogramação Física	Realizado	Programação Orçamentária	Reprogramação Orçamentária	Realizado
Jan	0	0	0	7.740,60	7.740,60	7.740,60
Fev	2	2	2	930.831,40	930.831,40	930.831,40
Mar	3	2	2	1.061.105,94	1.061.105,94	1.061.105,94
Abr	3	18	18	2.183.574,00	1.080.971,39	1.080.971,39
Mai	3	5	5	1.579.637,00	1.193.769,84	1.193.769,84
Jun	3	1	1	1.825.009,00	1.245.183,09	1.245.183,09
Jul	3	0	0	1.401.617,00	1.259.224,24	1.259.224,24
Ago	3	2	2	1.242.066,00	1.290.335,23	1.290.335,23
Set	3	3	3	1.260.352,00	1.476.339,35	1.476.339,35
Out	3	6	6	1.209.910,00	1.243.085,96	1.243.085,96
Nov	6	2	2	1.744.300,00	1.328.544,81	1.328.544,81
Dez	6	1	1	5.672.104,06	8.001.115,15	6.948.528,14
Total	38	42	42	20.118.247,00	20.118.247,00	19.065.659,99

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

QUADRO XVII								
EXECUÇÃO TERRITORIALIZADA DA AÇÃO 1091 - CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %
Alto Jequitinhonha	1	1	100,00	2,38	201.182,00	198.961,64	98,90	1,04
Caparaó	1	1	100,00	2,38	201.182,00	198.961,64	98,90	1,04
Mata	2	1	50,00	2,38	402.364,00	23.737,34	5,90	0,12
Médio e Baixo Jequitinhonha	4	2	50,00	4,76	804.728,00	829.772,54	103,11	4,35
Metropolitano	2	1	50,00	2,38	402.364,00	1.043.074,17	259,24	5,47
Mucuri	2	3	150,00	7,14	402.364,00	717.370,97	178,29	3,76
Multiterritorial	3	2	66,67	4,76	13.076.877,00	13.743.354,48	105,10	72,08
Noroeste	1	5	500,00	11,90	201.182,00	0,00	0	0
Norte	4	2	50,00	4,76	804.728,00	198.961,64	24,72	1,04
Oeste	7	4	57,14	9,52	1.408.274,00	1.206.925,21	85,70	6,33
Sudoeste	0	1	0	2,38	0,00	0,00	0	0
Sul	6	4	66,67	9,52	1.207.092,00	621.542,99	51,49	3,26
Triângulo Norte	1	7	700,00	16,67	201.182,00	0,00	0	0
Triângulo Sul	0	5	0	11,90	0,00	26.296,21	0	0,14
Vale do Aço	1	0	0	0	201.182,00	0,00	0	0
Vale do Rio Doce	3	2	66,67	4,76	603.546,00	49.520,17	8,20	0,26
Vertentes	0	1	0	2,38	0,00	207.180,99	0	1,09
Total	38	42	110,53	100,00	20.118.247,00	19.065.659,99	94,77	100,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

3.2.3 - Ação 2050 - Gestão Administrativa de 1ª e 2ª Instâncias

Identificada como uma atividade meio da administração pública, a Ação 2050 - Gestão de 1ª e 2ª Instâncias tem por finalidade destinar recursos para a execução dos serviços de apoio e suporte técnico administrativo necessários ao cumprimento das atribuições institucionais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Encontra-se na LOA 2018 relacionada às seguintes classificações:

Função: 02 - Judiciária
 Subfunção: 061 – Ação Judiciária
 Programa: 706 – Prestação Jurisdicional
 Produto: Ação de Apoio à Gestão Institucional Realizada.
 Unid. Medida: Ação
 Meta física: 1

Nesta ação orçamentária são processadas boa parte das despesas associadas ao custeio do Órgão, necessárias ao bom funcionamento e alcance dos resultados esperados na prestação jurisdicional, bem como despesas referentes à aquisição de bens permanentes que possam garantir a estrutura de funcionamento da máquina institucional.

A Ação 2050 obteve abertura de crédito suplementar no exercício de 2018 no montante de R\$22.211.800,00 conforme já abordado no tópico 2.1.3 deste relatório. O crédito autorizado ao final do período era de R\$470.038.448,00. Ressalte-se que a abertura de crédito suplementar

para as ações do orçamento procurou observar a programação orçamentária das áreas gestoras para o exercício financeiro de 2018, que, por sua vez, considerou os contratos vigentes e as despesas a se realizarem, nos moldes da Portaria TJMG nº. 3.962/2017.

A despesa total realizada para esta ação foi de R\$439.611.745,81, ou seja, 98,17% em relação ao crédito inicial e 93,53% em relação ao crédito autorizado. Destaca-se que esta ação abriga contratos de grande valor de desembolso, com destaque para as despesas com terceirização, estagiários e correios. O quadro abaixo mostra os maiores credores e o somatório da despesa empenhada no exercício. Considerando os empenhos realizados nesta ação, tem-se que os 20 maiores credores executaram 94,09% do valor total processado nesta ação orçamentária.

QUADRO XVIII			
MAIORES CREDORES - AÇÃO 2050			
Posição	Ação	Credor	Despesa Realizada
1	2050	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	134.543.788,82
2	2050	BENEFICIARIOS DE ESTAGIOS E BOLSAS DE ESTUDO	69.218.551,07
3	2050	PLANTAO SERVICOS DE VIGILANCIALTDA	50.263.063,20
4	2050	APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	42.084.618,63
5	2050	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT	24.236.381,58
6	2050	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	20.559.727,35
7	2050	CONSERVO SERVICOS GERAIS LTDA	20.511.294,81
8	2050	DINAMICA ADMINISTRACAO SERVICOS E OBRAS LTDA	15.111.237,91
9	2050	ASSOCIACAO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR DE BELO HORIZONTE - ASSPROM	10.955.852,97
10	2050	PERPHIL SERVICOS ESPECIAIS EIRELI	7.229.391,52
11	2050	GENERAL MOTORS DO BRASILLTDA	4.817.800,00
12	2050	FENETS FEDERACAO NACIONAL DE EDUCACAO E INTEGRACAO DOS SURDOS	2.232.899,91
13	2050	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.229.186,10
14	2050	CONSULPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ADMINISTRACAO PUBLICA EIRELI	2.071.793,83
15	2050	METALURGICA SA EIRELI - EPP	1.639.860,74
16	2050	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S/A	1.360.435,00
17	2050	M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A	1.223.532,87
18	2050	THOMAS GREG & SONS GRAFICA E SERVICOS, INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACA	1.179.268,49
19	2050	EDUARDO HENRIQUE OSORIO DE OLIVEIRA ME	1.149.867,94
20	2050	CARTORIO DO 3º OFICIO DE REGISTRO DE IMOVEIS	993.453,43
		DEMAIS CREDORES - 2.755 credores	25.999.749,74
		TOTAL - 2.775 credores	439.611.745,81

Fonte: Armazém de Informações - BO SIARI MG

O próximo quadro demonstra a execução por elemento-item de despesa. Note-se que o maior volume de gastos encontra-se concentrado em itens que envolvem a locação de mão de obra terceirizada, limpeza e conservação, pagamentos de estagiários e correios.

QUADRO XIX						
MAIORES DESPESAS - POR ELEMENTO-ITEM DE DESPESA - AÇÃO 2050						
Posição	Ação	Elemento	Item	Item Despesa - Descrição	Total	% em relação ao total
1	2050	37	2	LOCAÇÃO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	253.473.441,88	57,66%
2	2050	36	1	ESTAGIARIOS	62.924.622,32	14,31%
3	2050	37	1	LOCAÇÃO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	51.047.255,28	11,61%
4	2050	39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	24.236.381,58	5,51%
5	2050	49	5	AUXILIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIARIOS PECUNIA	6.293.928,75	1,43%
6	2050	52	17	VEICULOS	5.102.920,00	1,16%
7	2050	36	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	3.934.955,41	0,90%
8	2050	52	14	MOBILIARIO	3.912.779,67	0,89%
9	2050	14	1	DIARIAS - CIVIL	3.886.191,03	0,88%
10	2050	39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	2.229.186,10	0,51%
11	2050	39	74	SERVICO DE REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SIMPLIFICADO	2.119.672,00	0,48%
12	2050	30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	1.664.311,56	0,38%
13	2050	30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	1.427.397,20	0,32%
14	2050	39	42	SERVICOS GRAFICOS DE SEGURANCA	1.179.268,49	0,27%
15	2050	33	4	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	1.149.867,94	0,26%
16	2050	30	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	1.071.532,36	0,24%
17	2050	93	99	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	995.273,04	0,23%
18	2050	30	8	PRODUTOS ALIMENTICIOS	974.467,87	0,22%
19	2050	15	1	DIARIAS - MILITAR	928.028,00	0,21%
20	2050	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	917.731,74	0,21%
				DEMAIS DESPESAS	10.142.533,59	2,31%
				TOTAL	439.611.745,81	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIARI MG

Destaca-se, no entanto, que políticas de concessão de férias aos terceirizados durante o recesso e de redução de custos com serviços de mensageria (serviços prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), foram responsáveis por uma economia da ordem de R\$9,2 milhões, segundo informações prestadas pela Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP^[11]. Frisa-se ainda a política de entrega de materiais de escritório, em carro próprio, em prédios de Belo Horizonte e Comarcas contíguas à capital, bem como para outras 56 Comarcas do Estado. Tal medida produziu uma economia estimada em R\$175.677,67 com serviços de correios, também de acordo com a DIRSEP.

Do ponto de vista da execução da meta física da ação, o produto entregue e informado ao final do exercício de 2018 é "1 ação". A seguir, seguem quadros da execução mensal e da execução territorializada da ação.

[11] Processo SEI 0004279-31.2019.8.13.0000, Manifestação ASCONT 1799850.

QUADRO XX						
EXECUÇÃO MENSAL - AÇÃO 2050 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DE 1ª E 2ª INSTÂNCIAS						
Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
	Física	Física		Orçamentária	Orçamentária	
Jan	0	0	0	1.003.039,65	1.003.039,65	1.003.039,65
Fev	0	0	0	28.104.062,57	28.104.062,57	28.104.062,57
Mar	0	0	0	33.489.631,77	33.489.631,77	33.489.631,77
Abr	0	0	0	34.631.391,00	35.455.813,08	35.455.813,08
Mai	0	0	0	35.097.812,00	36.502.089,38	36.502.089,38
Jun	0	0	0	34.580.997,00	35.564.089,95	35.564.089,95
Jul	0	0	0	34.534.645,00	35.964.188,90	35.964.188,90
Ago	0	0	0	34.365.105,00	34.793.477,27	34.793.477,27
Set	0	0	0	34.375.134,00	36.966.437,47	36.966.437,47
Out	0	0	0	34.128.135,00	36.298.594,92	36.298.594,92
Nov	0	0	0	35.000.136,00	36.489.865,04	36.489.865,04
Dez	1	1	1	108.516.559,01	119.407.158,00	88.980.455,81
Total	1	1	1	447.826.648,00	470.038.448,00	439.611.745,81

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

QUADRO XXI								
EXECUÇÃO TERRITORIALIZADA DA AÇÃO 2050 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DE 1ª E 2ª INSTÂNCIAS								
Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %
Alto Jequitinhonha	0	0	0	0	3.837.807,00	3.737.302,31	97,38	0,85
Caparaó	0	0	0	0	11.482.277,00	9.654.589,05	84,08	2,20
Central	0	0	0	0	5.593.906,00	4.553.535,08	81,40	1,04
Mata	0	0	0	0	34.878.446,00	29.329.953,79	84,09	6,67
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0	0	0	5.282.291,00	4.630.515,88	87,66	1,05
Metropolitano	0	1	0	100	157.887.161,00	202.144.817,68	128,03	45,98
Mucuri	0	0	0	0	7.329.249,00	5.623.134,54	76,72	1,28
Multiterritorial	1	0	0	0	0	827.011,95	0	0,19
Noroeste	0	0	0	0	14.165.166,00	11.561.101,13	81,62	2,63
Norte	0	0	0	0	21.648.540,00	17.722.351,59	81,86	4,03
Oeste	0	0	0	0	28.227.256,00	23.304.625,93	82,56	5,30
Sudoeste	0	0	0	0	15.147.161,00	12.812.009,86	84,58	2,91
Sul	0	0	0	0	48.707.773,00	40.222.970,57	82,58	9,15
Triângulo Norte	0	0	0	0	29.441.455,00	22.863.978,49	77,66	5,20
Triângulo Sul	0	0	0	0	19.276.933,00	14.901.615,60	77,30	3,39
Vale do Aço	0	0	0	0	14.864.238,00	11.636.901,53	78,29	2,65
Vale do Rio Doce	0	0	0	0	14.711.986,00	11.444.610,27	77,79	2,60
Vertentes	0	0	0	0	15.345.003,00	12.640.720,56	82,38	2,88
Total	1	1	100	100	447.826.648,00	439.611.745,81	98,17	100,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

3.2.4 - Ação 2091 - Obras e Gestão Predial

A Ação 2091 - Obras e Gestão Predial tem por finalidade destinar recursos necessários à garantia da infraestrutura física das unidades prediais de 1ª e 2ª Instâncias. Para 2018, foi registrada da seguinte forma:

Função: 02 - Judiciária
 Subfunção: 061 – Ação Judiciária
 Programa: 706 – Prestação Jurisdicional
 Produto: Intervenção Concluída
 Unid. Medida: Intervenção
 Meta física: 5

Nesta ação orçamentária são processadas as despesas com a realização de obras, reformas e

instalações prediais, bem como com o custeio das unidades do TJMG, na capital e interior. Em 2018, esta ação contou com um crédito orçamentário inicial no valor total de R\$226.236.067,00. Houve, no decorrer do exercício, anulação de parte do crédito orçamentário inicial para fazer face a despesas com investimento, no montante de R\$ 23.136.800,00, perfazendo um total de crédito autorizado de R\$203.099.267,00.

Em termos de execução orçamentária, foram realizados R\$ 110.103.097,96, correspondendo a 48,67% do crédito inicial e 54,21% do crédito autorizado. Os percentuais estão abaixo do índice considerado satisfatório e, em consulta ao SIGPLAN, a DENGEP justifica da seguinte forma:

No que tange a baixa execução ocorrida em alguns contratos, que impactou substancialmente no montante total executado, isso se deu muito em função de adiamentos no início de algumas obras que estavam previstas para iniciar em 2018, mas que necessariamente tiveram que ser reprogramadas para 2019 (Monitoramento SIGPLAN 2018 – acesso em 04/02/2019).

Outros fatores poderão ter contribuído para o baixo índice de execução orçamentária da ação 2091. A ASPRED manifestou no processo SEI 0004279-31.2019.8.13.0000^[12] acerca das principais atividades desenvolvidas em 2018 e nessa manifestação há pontos que podem ser destacados por trazerem esclarecimentos que podem ser associados à execução financeira:

1. Dificuldades técnicas na elaboração das especificações e intercorrências no processo licitatório das obras de Araguari, Araxá, Ituiutaba, Conceição das Alagoas e Juiz de Fora que, juntas, somavam a previsão orçamentária de aproximadamente R\$53 milhões.
2. Mudanças no planejamento de investimento em obras, o que impactou nos prazos para iniciar as obras de Cássia, Cambuí, Pratápolis, João Pinheiro, Ibirité, Itajubá, Itaúna, Pará de Minas, Três Corações, Monte Sião, Ouro Preto, Diamantina, Nova Lima, Capelinha e Cruzília. Para essas obras, havia uma programação orçamentária em torno de R\$20 milhões.
3. Obras que estavam previstas para Belo Horizonte e Diversas Comarcas – Acessibilidade e que tiveram os prazos alterados, o que impactou na diminuição de mais R\$20 milhões na previsão inicial.
4. Rescisão dos Contratos 117/2016, 112/2016 e 23/2016, firmado com a Mosteiro Engenharia, para a prestação de serviços de manutenção predial e serviços de engenharia em edificações de diversas Comarcas do Estado. Em consulta ao SISRÇA, o último termo aditivo^[13] firmado com a empresa abrangia uma vigência de 02/07/2018 a 01/07/2019, com valor total contratado de R\$2.694.218,42. A execução desse termo aditivo, em 2018, foi de R\$233.655,50, o que equivale a menos de 10% do valor previsto no contrato.

O quadro que segue demonstra a execução da ação 2091 por elemento-item de despesa.

^[12] Informação ASPRED 1791872.

^[13] Empenho 8314/2018 referente ao CT 112/2016.

QUADRO XXII						
MAIORES DESPESAS - POR ELEMENTO-ITEM DE DESPESA - AÇÃO 2091						
Posição	Ação	Elemento	Item	Item Despesa - Descrição	Total	% em relação ao total
1	2091	51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAVEIS	34.179.879,08	31,04%
2	2091	39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	16.805.894,00	15,26%
3	2091	39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	10.389.183,71	9,44%
4	2091	39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	8.331.655,15	7,57%
5	2091	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	6.991.720,05	6,35%
6	2091	39	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	5.607.629,68	5,09%
7	2091	39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	4.059.489,07	3,69%
8	2091	36	11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	3.873.925,78	3,52%
9	2091	51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAVEIS	3.375.395,36	3,07%
10	2091	51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	3.125.638,27	2,84%
11	2091	52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	3.051.174,61	2,77%
12	2091	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	2.106.433,09	1,91%
13	2091	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	1.784.211,88	1,62%
14	2091	39	37	TAXA DE CONDOMINIO	1.381.823,21	1,26%
15	2091	39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	937.095,38	0,85%
16	2091	39	51	SERVICOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE OBRAS	568.239,73	0,52%
17	2091	61	6	IMOVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	475.000,00	0,43%
18	2091	30	20	MATERIAL ELETRICO	353.604,40	0,32%
19	2091	14	1	DIARIAS - CIVIL	352.221,80	0,32%
20	2091	30	19	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	260.940,70	0,24%
				DEMAIS DESPESAS	2.091.943,01	1,90%
				TOTAL	110.103.097,96	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAMI MG

As despesas com execução de obras por contrato aparecem no topo da lista. No entanto, cumpre registrar que, comparadas ao ano de 2017, nota-se uma queda considerável de 63,77%, conforme consta do quadro XIII, da seção 3.2 deste relatório. Observando alguns apontamentos da ASPRED, citados anteriormente, é possível compreender algumas razões que podem ter contribuído para a queda do processamento de despesas dessa natureza.

Noutro giro, especificamente quanto aos procedimentos de licitação adotados pela Casa, é relevante citar alterações ocorridas a partir do segundo semestre de 2018 e que, talvez, só venham a gerar impactos na execução orçamentária a partir de 2019. Nesse sentido, importa citar a adoção do fator "K" nas concorrências para a contratação de empresas para a realização de obras de construção de novos fóruns. Trata-se de uma inovação no âmbito do Tribunal de Justiça e foi utilizada, pela primeira vez, em agosto/2018.

Sobre esse tema, a DIRSEP já identificou^[14] que houve significativa redução nos prazos de processamento da fase externa das concorrências e tomadas de preços, gerando uma diminuição média superior a 90 dias por processo licitatório e resultando em expressivo aumento do número de homologações destas modalidades no ano.

Note-se que as despesas com energia elétrica também estão listadas entre as de maior gasto no exercício de 2018. Se a compararmos com o valor executado em 2017, o que pode ser feito a partir do quadro XII, do item 3.2 deste relatório, detecta-se que houve um crescimento em termos de dispêndio. Nesse sentido, cabe destacar justificativa da ASPRED em manifestação no Processo SEI 0004279-31.2019.8.13.0000:

O aumento do consumo da energia elétrica no comparativo dos anos de 2017 e 2018 ocorreu devido aos novos contratos de média tensão para o atendimento aos novos Fóruns com maior capacidade e consumo elétrico.

Ainda segundo registros da ASPRED, houve aumento de 10,31% no consumo médio de energia elétrica nas unidades prediais de todo o Estado. Em e-mail^[15] encaminhado à ASPLAG, com esclarecimentos complementares acerca do assunto, a GEPEC informou:

1. Em 2018, houve a instalação de 302 novos aparelhos de ar condicionados, sendo que estes equipamentos contribuem para um aumento no consumo de energia;
2. Os novos contratos de energia elétrica de média tensão firmados em 2018, nas Comarcas de Contagem, Itapeverica, Cataguases, que, somados, contribuíram para um aumento de 7,93% no custo total de energia, em relação ao ano de 2017.
3. Em 2018, ocorreram reajustes aplicados pela ANEEL e que incidiram sobre contratos firmados com a CEMIG a Energisa. Os reajustes chegaram a até 32,036%.

Lado outro, registra-se a economia obtida em contratos de aluguel de imóvel, conforme manifestação da ASCONT, anexada ao processo SEI citado. Segundo informações daquela Assessoria, houve a aplicação do IGP-M negativo em contratos de locação com previsão de reajuste por este índice. Os reflexos dessa redução podem ser percebidos nos valores de despesa executada com locação de imóvel (elementos-item 36.11 e 39.20), especialmente se comparados ao ano de 2017, conforme quadro XII do item 3.2 deste relatório.

Registra-se, além disso, que as despesas com taxa de condomínio também sofreram variação negativa, se comparadas a 2017. De acordo com a GEPEC, com a inauguração de novos fóruns, houve a devolução de imóveis locados, gerando a diminuição não somente de gastos com locação, como também com despesas de condomínio.

Destaca-se, ainda, queda na tarifa de água e esgoto, quando a compararmos com o ano de 2017. Mais uma vez, a partir do quadro XII, da seção 3.2 deste relatório, observa-se uma queda foi de 4,02% na execução dessa despesa. Nesse sentido, a GEPEC aponta algumas ações que podem ter contribuído para a diminuição do gasto:

1. Conscientização nas Comarcas quanto à utilização dos recursos hídricos;
2. Suspensão da lavagem diária de carros oficiais;
3. Irrigação dos jardins 2 vezes por semana;
4. Vistorias corretivas e preventivas quanto a vazamentos nas dependências dos Fóruns e imóveis locados.

Quanto à execução física da ação, o percentual obtido foi de 140%. Neste caso, a meta foi subestimada, isto é, a estimativa inicial de execução ficou abaixo da capacidade de realização. Em 2018, estimou-se o quantitativo de 5 intervenções, que expressavam o número de construções, reformas ou ampliações a serem entregues ao longo do exercício. O quantitativo realizado no período foi de 7 intervenções. Abaixo, segue comparativo entre o estimado na LOA 2018 e o efetivamente realizado:

[14] Processo SEI 004279-31.2019.8.13.0000, Manifestação ASCONT 1799850.

[15] e-mail encaminhado em 11/02/2019.

QUADRO XXIII			
DETALHAMENTO OBRAS - PPAG 2018			
Município	Descrição	Previsto Físico	Realizado Físico
BELO HORIZONTE (Metropolitano)	Reforma Geral Prédio Unidade Afonso Pena 4001	1	1
CONTAGEM (Metropolitano)	Construção de novo fórum - Retomada da obra	1	1
ITAPECERICA (Oeste)	Construção de novo fórum	1	1
MONTES CLAROS (Norte)	Reforma parcial muro de armo e drenagem, fornecimento e instalação de elevadores	1	1
TUPACIGUARA (Triângulo Norte)	Construção de novo fórum	1	1
GRAO MOGOL (Norte)	Reforma Parcial	0	1
BETIM (Metropolitano)	Continuidade da execução de obras de reforma do prédio do Fórum	0	1

Fontes: Detalhamento dos Investimentos - por territórios de planejamento e municípios - LOA 2018
Processo SEI 0004279-31.2019.8.13.0000

Os próximos quadros demonstram a execução financeira e física da ação, mês a mês, bem como a execução por território do Estado.

QUADRO XXIV						
EXECUÇÃO MENSAL - AÇÃO 2091 - OBRAS E GESTÃO PREDIAL						
Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
	Física	Física		Orçamentária	Orçamentária	
Jan	0	0	0	1.564.731,23	1.095.311,86	1.095.311,86
Fev	1	1	1	9.797.368,50	6.858.157,95	6.858.157,95
Mar	0	0	0	12.519.225,74	8.763.458,02	8.763.458,02
Abr	0	0	0	22.483.860,17	12.936.426,36	12.936.426,36
Mai	3	0	0	22.483.860,17	8.847.285,33	8.847.285,33
Jun	1	4	4	22.483.860,17	9.197.668,21	9.197.668,21
Jul	0	1	1	22.483.860,17	7.889.241,86	7.889.241,86
Ago	0	0	0	22.483.860,17	8.709.714,61	8.709.714,61
Set	0	0	0	22.483.860,17	8.973.019,58	8.973.019,58
Out	0	0	0	22.483.860,17	8.095.147,01	8.095.147,01
Nov	0	1	1	22.483.860,17	7.239.153,47	7.239.153,47
Dez	0	0	0	22.483.860,17	114.494.682,74	21.498.513,70
Total	5	7	7	226.236.067,00	203.099.267,00	110.103.097,96

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

QUADRO XXV								
EXECUÇÃO TERRITORIALIZADA DA AÇÃO 2091 - OBRAS E GESTÃO PREDIAL								
Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %
Alto Jequitinhonha	0	0	0	0	1.265.155,00	186.200,67	13,64	0,17
Caparaó	0	0	0	0	13.295,00	114.643,83	862,31	0,10
Central	0	0	0	0	0	99.475,67	0	0,09
Mata	0	0	0	0	26.537.718,00	917.768,17	3,46	0,83
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0	0	0	0	94.487,94	0	0,09
Metropolitano	2	3	150,00	42,86	33.593.523,00	29.304.991,34	87,23	26,62
Mucuri	0	0	0	0	0	615.414,82	0	0,56
Multiterritorial	0	0	0	0	96.754.861,00	59.121.772,48	61,10	53,70
Noroeste	0	0	0	0	2.294.933,00	67.376,81	2,94	0,06
Norte	1	2	200,00	28,57	2.775.513,00	635.001,14	22,88	0,58
Oeste	1	1	100,00	14,29	8.443.624,00	2.772.266,43	32,83	2,52
Sudoeste	0	0	0	0	5.989.866,00	275.634,30	4,60	0,25
Sul	0	0	0	0	11.848.425,00	1.181.066,56	9,97	1,07
Triângulo Norte	1	1	100,00	14,29	20.176.245,00	10.681.231,86	52,94	9,70
Triângulo Sul	0	0	0	0	14.822.909,00	3.388.609,84	22,86	3,08
Vale do Aço	0	0	0	0	1.620.000,00	167.629,07	10,35	0,15
Vale do Rio Doce	0	0	0	0	0	395.017,02	0	0,36
Vertentes	0	0	0	0	0	84.510,01	0	0,08
Total	5	7	140,00	100,00	226.236.067,00	110.103.097,96	48,67	100,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

3.2.5 - Ação 4395 - Processamento Judiciário

A Ação 4395 tem por finalidade destinar recursos para as atividades que contribuam para a missão do TJMG, inclusive para atendimento dos feitos amparados pela assistência judiciária: cumprimento de diligências judiciais, exame de ácido desoxirribonucleico (DNA), peritos, tradutores e intérpretes e, ainda, para as ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Infância e da Juventude - COINJ e pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COMSIV e as relacionadas ao aperfeiçoamento dos Juizados Especiais. No ano de 2018, esta ação ficou consignada da seguinte forma:

Função: 02 – Judiciária.
 Subfunção: 061 – Ação Judiciária.
 Programa: 706 – Prestação Jurisdicional.
 Produto: Processo Julgado
 Unid. Medida: Processo
 Meta física: 2.375.046

Nesta ação orçamentária, são processadas, essencialmente, despesas com a indenização de transporte para Oficiais de Justiça, pagamentos de exames de DNA para jurisdicionados beneficiários da justiça gratuita, pagamentos de peritos e despesas de custeio associadas a projetos sociais sob a coordenação da COINJ, COMSIV e Novos Rumos.

Em 2018, esta ação contou com um crédito orçamentário inicial no valor total de R\$60.260.528,00. Houve, no decorrer do exercício, suplementação de crédito orçamentário no montante de R\$26.783.730,00 para cobrir despesas com indenização de transporte para Oficiais de Justiça, bem como para atender a outras despesas previstas a serem processadas nesta ação. O crédito final, autorizado para esta ação, foi de R\$87.044.258,00.

O percentual de execução orçamentária da ação foi de 125,90%, em relação ao crédito inicial e de 87,16%, em relação ao crédito final autorizado. O quadro a seguir demonstra que 87,23% do total da despesa realizada nesta ação se referem ao pagamento de indenização de transporte aos Oficiais de Justiça em razão do cumprimento de diligências em processos da justiça gratuita. Destaca-se ainda o pagamento de perícias (elemento-item 36-24), juízes leigos (36-27) e realização de exames de DNA (39-82).

QUADRO XXVI						
Maiores despesas - Por elemento-item de despesa - Ação 4395						
Posição	Ação	Elemento	Item	Item Despesa - Descrição	Total	% em relação ao total
1	4395	93	27	INDENIZACAO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTICA	66.181.344,52	87,23%
2	4395	36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	3.146.514,12	4,15%
3	4395	36	27	JUIZES LEIGOS	2.267.533,77	2,99%
4	4395	39	82	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	1.130.294,70	1,49%
5	4395	37	2	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	975.001,22	1,29%
6	4395	49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	684.000,00	0,90%
7	4395	13	17	INSS - DEMAIS DESPESAS	451.524,34	0,60%
8	4395	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	291.500,00	0,38%
9	4395	14	1	DIARIAS - CIVIL	277.015,06	0,37%
10	4395	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	133.960,92	0,18%
				DEMAIS DESPESAS	328.235,55	0,43%
				TOTAL	75.866.924,20	100,00%

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFIMG

Com relação às despesas com peritos (item de despesa 36-24), nota-se, a partir do quadro XII, do item 3.2 deste relatório, que houve um crescimento em termos de valores processados. Em consulta ao Armazém de Informações do SIAFI, identifica-se que, em 2018, houve a abertura de 3.361 empenhos para o processamento de despesas com perícias contra 2.132 empenhos emitidos em 2017. Frisa-se, ainda, que no ano de 2018 houve a implantação do sistema Auxiliares da Justiça – AJ, que permitiu ao Tribunal de Justiça o cadastramento, credenciamento e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores, intérpretes, leiloeiros e corretores, facilitando e agilizando a nomeação de auxiliares da justiça no âmbito das justiças de Primeiro e Segundo Graus^[16].

No que tange à execução física da ação orçamentária, o percentual apurado no ano de 2018 foi de 96,37%, perfazendo um total de processos julgados de 2.288.811.

Os próximos quadros demonstram a execução mensal da ação e a execução territorializada.

QUADRO XXVII						
EXECUÇÃO MENSAL - AÇÃO 4395 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO						
Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
	Física	Física		Orçamentária	Orçamentária	
Jan	132.414	132.414	132.414	2.395.555,17	2.395.555,17	2.395.555,17
Fev	179.168	179.168	179.168	4.894.616,68	4.894.616,68	4.894.616,68
Mar	206.346	188.264	188.264	6.299.818,52	6.299.818,52	6.299.818,52
Abr	206.346	204.853	204.853	5.240.543,00	5.738.043,48	5.738.043,48
Mai	206.346	201.571	201.571	5.236.643,00	7.460.155,32	7.460.155,32
Jun	206.346	179.943	179.943	5.226.643,00	5.723.377,37	5.723.377,37
Jul	206.346	172.506	172.506	5.236.620,00	6.716.388,49	6.716.388,49
Ago	206.346	222.775	222.775	5.234.320,00	6.801.476,32	6.801.476,32
Set	206.346	187.701	187.701	5.235.315,00	6.209.356,45	6.209.356,45
Out	206.346	206.907	206.907	5.247.320,00	7.328.709,00	7.328.709,00
Nov	206.346	206.357	206.357	5.386.100,00	5.210.981,06	5.210.981,06
Dez	206.350	206.350	206.352	4.627.033,63	22.265.780,14	11.088.446,34
Total	2.375.046	2.288.809	2.288.811	60.260.528,00	87.044.258,00	75.866.924,20

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

[16] Resolução nº. 882/2018.

QUADRO XXVIII								
EXECUÇÃO TERRITORIALIZADA DA AÇÃO 4395 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO								
Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %
Alto Jequitinhonha	23.062	24.909	108,01	1,09	648.160,00	824.708,39	127,24	1,09
Caparaó	54.027	53.857	99,69	2,35	1.552.598,00	1.780.362,31	114,67	2,35
Central	25.881	24.145	93,29	1,05	745.372,00	804.449,98	107,93	1,06
Mata	165.853	150.266	90,60	6,57	4.394.263,00	4.933.314,27	112,27	6,50
Médio e Baixo Jequitinhonha	23.686	28.753	121,39	1,26	690.840,00	955.825,41	138,36	1,26
Metropolitano	993.109	906.574	91,29	39,61	22.934.528,00	29.961.942,82	130,64	39,49
Mucuri	32.321	30.406	94,08	1,33	917.344,00	992.080,96	108,15	1,31
Noroeste	62.187	71.494	114,97	3,12	1.697.161,00	2.390.026,93	140,82	3,15
Norte	102.499	108.080	105,44	4,72	2.967.051,00	3.597.974,41	121,26	4,74
Oeste	134.092	142.271	106,1	6,22	3.648.169,00	4.829.746,81	132,39	6,37
Sudoeste	74.148	69.933	94,32	3,06	1.986.169,00	2.322.576,85	116,94	3,06
Sul	233.211	225.609	96,74	9,86	6.259.646,00	7.437.613,57	118,82	9,80
Triângulo Norte	154.016	161.234	104,69	7,04	3.713.951,00	5.363.245,82	144,41	7,07
Triângulo Sul	83.608	79.890	95,55	3,49	2.317.446,00	2.660.274,44	114,79	3,51
Vale do Aço	73.517	67.674	92,05	2,96	1.980.138,00	2.241.138,33	113,18	2,95
Vale do Rio Doce	66.530	80.177	120,51	3,50	1.759.931,00	2.680.108,06	152,28	3,53
Vertentes	73.299	63.539	86,68	2,78	2.047.761,00	2.091.534,84	102,14	2,76
Total	2.375.046	2.288.811	96,37	100,00	60.260.528,00	75.866.924,20	125,90	100,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

3.2.6 - Ação 2025 - Gestão de Serviços de TIC

A Ação 2025 - Gestão de Serviços de TIC tem como finalidade promover a integração das ações que envolvem tecnologia para melhoria da gestão dos serviços de tecnologia da informação e comunicação - TIC do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em 2018, esta ação ficou consignada da seguinte forma:

Função: 02 - Judiciária
 Subfunção: 061 – Ação Judiciária
 Programa: 706 – Prestação Jurisdicional
 Produto: Produto disponibilizado
 Unid. Medida: Produto
 Meta física: 5.000

Em 2018, esta ação contou com um crédito orçamentário inicial no valor de R\$86.159.478,00. Houve, no decorrer do exercício, anulação de R\$22.000.000,00 de parte do crédito orçamentário previsto para fazer face a despesas com outras despesas correntes e suplementação de R\$14.000.000,00 para o processamento de despesas com investimentos. O crédito final

autorizado para esta ação foi de R\$78.159.478,00.

No que se refere à execução orçamentária da ação, o percentual obtido em 2018 foi de 79,48% em relação ao crédito inicial e de 87,62% em relação ao crédito autorizado para o período.

A partir do quadro abaixo, note-se que mais de 50% do valor total processado se refere a serviços de tecnologia da informação. Do total processado nesta classificação, R\$27.578.990,10 referem-se a despesas com custeio e R\$6.740.636,73, a despesas com investimentos associados a serviços de tecnologia da informação.

Destacam-se, ainda, as despesas com aquisição de equipamentos de informática e serviços de telecomunicação, onde são alocadas despesas com conectividade de rede e serviços de dados, entre outros.

QUADRO XXIX						
MAIORES DESPESAS - POR ELEMENTO-ITEM DE DESPESA - AÇÃO 2025						
Posição	Ação	Elemento	Item	Item Despesa - Descrição	Total	% em relação ao total
1	2025	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	34.319.626,83	50,11%
2	2025	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	19.733.910,76	28,82%
3	2025	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	13.338.673,48	19,48%
4	2025	40	3	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMG	575.554,94	0,84%
5	2025	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	240.055,08	0,35%
6	2025	14	1	DIARIAS - CIVIL	100.462,32	0,15%
7	2025	52	8	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	61.518,13	0,09%
8	2025	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	44.395,38	0,06%
9	2025	30	20	MATERIAL ELETRICO	37.992,50	0,06%
10	2025	39	27	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	23.941,96	0,03%
11	2025	52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	5.819,00	0,01%
12	2025	52	10	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	338,16	0,00%
TOTAL					68.482.278,54	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAR MG

De maneira geral, do total processado nesta ação orçamentária, R\$41.764.813,79 referem-se a despesas com custeio e, o restante, R\$26.717.464,75, a despesas com investimentos.

Do ponto de vista da execução da meta física da ação, o percentual apurado foi de 87,10%, o que implica na entrega de 4.355 produtos. Os produtos informados no monitoramento da ação referem-se a computadores e notebooks adquiridos e instalados em 2018, isto é, são produtos associados à execução orçamentária de investimentos – grupo 4.

A Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR manifestou^[17] acerca de outras aquisições ocorridas no exercício de 2018, de forma detalhada:

1. Equipamentos de conectividade de rede para atendimentos a setores da 2ª Instância;
2. Equipamentos de conectividade de rede para compor a estrutura dos projetos PJe e SEEU nas Comarcas;
3. Equipamentos de digitalização portáteis, para digitalização de livros e outros documentos que não podem ser digitalizados por escâner comum, na fiscalização dos cartórios extrajudiciais;
4. Escâneres de mesa em atendimento ao PJe e SEEU, e expansão do PJe;
5. Ilhas de edição para criação de vídeos da área de comunicação do Tribunal – ASCOM;
6. Licenças para a área de projetos do Tribunal;
7. Monitores para a expansão do PJe e SEEU;
8. Serviços de sustentação da solução de inteligência do negócio, que atende aos Centros de Inteligência do Tribunal;
9. Serviços de Rede *Blade*, com aumento da capacidade computacional e ampliação da arquitetura baseada em "nuvem".
10. Solução de Gravação de Audiências, em atendimento à expansão do projeto.
11. Licenças e serviços *Microsoft*.

Os quadros que seguem demonstram a execução orçamentária, mês a mês, bem como a execução por território do Estado.

QUADRO XXX						
Execução Mensal - Ação 2025 - Gestão de Serviços de TIC						
Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
	Física	Física		Orçamentária	Orçamentária	
Jan	103	103	103	44.095,95	44.095,95	44.095,95
Fev	285	285	285	3.826.928,46	3.826.928,46	3.826.928,46
Mar	411	118	118	4.522.047,39	4.522.047,39	4.522.047,39
Abr	411	328	328	5.220.974,00	3.969.361,52	3.969.361,52
Mai	411	245	245	7.563.554,00	3.293.894,26	3.293.894,26
Jun	411	508	508	17.183.651,00	3.700.250,27	3.700.250,27
Jul	411	0	0	4.323.179,00	3.059.118,49	3.059.118,49
Ago	411	0	0	10.528.496,00	8.466.354,77	8.466.354,77
Set	411	411	411	4.522.040,00	4.494.142,25	4.494.142,25
Out	411	411	411	11.303.989,00	3.687.694,86	3.687.694,86
Nov	411	1.344	1.344	10.901.913,00	3.506.285,74	3.506.285,74
Dez	913	1.247	602	6.218.610,20	35.589.304,04	25.912.104,58
Total	5.000	5.000	4.355	86.159.478,00	78.159.478,00	68.482.278,54

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

QUADRO XXXI								
EXECUÇÃO TERRITORIALIZADA DA AÇÃO 2025 - GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC								
Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %
Alto Jequitinhonha	147	60	40,82	1,38	524.180,00	123.873,12	23,63	0,18
Caparaó	0	192	0,00	4,41	0	1.388.273,08	0,00	2,03
Central	112	89	79,46	2,04	399.375,00	2.157.681,95	540,26	3,15
Mata	0	490	0,00	11,25	0	7.246.816,37	0,00	10,58
Médio e Baixo Jequitinhonha	144	28	19,44	0,64	513.482,00	193.447,24	37,67	0,28
Metropolitano	2.433	1.956	80,39	44,91	8.675.717,00	16.799.343,41	193,64	24,53
Mucuri	0	11	0,00	0,25	0	48.261,05	0,00	0,07
Multiterritorial	563	0	0,00	0,00	70.337.799,00	23.887.906,58	33,96	34,88
Noroeste	271	89	32,84	2,04	966.345,00	161.907,01	16,75	0,24
Norte	398	174	43,72	4,00	1.419.207,00	896.651,93	63,18	1,31
Oeste	149	350	234,90	8,04	531.312,00	3.138.479,59	590,70	4,58
Sudoeste	0	59	0,00	1,35	0	233.851,47	0,00	0,34
Sul	0	95	0,00	2,18	0	574.946,28	0,00	0,84
Triângulo Norte	459	260	56,64	5,97	1.636.724,00	5.722.215,53	349,61	8,36
Triângulo Sul	250	165	66,00	3,79	891.464,00	4.609.724,87	517,10	6,73
Vale do Aço	0	163	0,00	3,74	0	560.212,50	0,00	0,82
Vale do Rio Doce	0	139	0,00	3,19	0	556.199,54	0,00	0,81
Vertentes	74	35	47,30	0,80	263.873,00	182.487,02	69,16	0,27
Total	5.000	4.355	87,10	100,00	86.159.478,00	68.482.278,54	79,48	100,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

3.2.7 - Ação 2109 - Formação Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

A ação 2109, monitorada pela DIRDEP, tem por finalidade oferecer e aprimorar a formação inicial e continuada de magistrados, servidores e colaboradores da Justiça, com o propósito de contribuir para a efetividade na prestação jurisdicional. Está associada na LOA 2018 da seguinte forma:

Função: 02 - Judiciária
 Subfunção: 128 – Formação de Recursos Humanos
 Programa: 706 – Prestação Jurisdicional
 Produto: Pessoa Formada, Capacitada e Treinada
 Unid. Medida: Pessoa
 Meta: 15.403

Em 2018, esta ação teve um crédito inicial de R\$4.495.901,00. Foi suplementado o valor de R\$100.000,00 para fazer face a despesas de custeio programadas para se realizarem nesta ação. O montante final autorizado foi de R\$4.595.901,00. Em relação ao crédito inicial, a execução orçamentária foi de 99,55%; em relação ao crédito autorizado, a execução foi de 97,38%.

Do ponto de vista da execução física, o percentual apurado, em 2018, foi de 80,33%, tendo sido treinadas 12.373 pessoas, entre magistrados, servidores e colaboradores da justiça.

Os índices demonstram que a ação orçamentária parece ter cumprido sua finalidade. Conforme informações prestadas pela DIRDEP [\[18\]](#), o ano de 2018 foi marcado por mudanças nos fluxos e organização dos trabalhos daquela Diretoria, num alinhamento com a Resolução CNJ nº. 240/2016, que traz as diretrizes da Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário. Associada a essas mudanças, houve ainda uma total revisão do planejamento e do acompanhamento da ação orçamentária, gerando bons resultados na execução final.

De fato, no ano de 2017, a ação orçamentária 2109 obteve um índice de execução de 49,41% em relação ao crédito autorizado naquele exercício. Observando-se o último índice, de 97,38%, nota-se, evidentemente, uma melhor programação das despesas consignadas nesta ação. Ainda nesse sentido, a DIRDEP aponta:

Para o planejamento orçamentário e financeiro desta ação, além da programação de atividades das respectivas áreas, foi realizado também um estudo do histórico de execução orçamentária, verificando-se o comportamento do custeio das ações de formação promovidas pela EJEJ e considerando algumas tendências com impacto orçamentário, como, por exemplo, a ampliação do ensino à distância. (Relatório DIRDEP, pág. 5)

Ressalte-se informação de que, em 2018, foram realizadas 569 ações educacionais, o que representou um crescimento de 77,26% em relação ao ano de 2017. Desse total, 484 ações se deram na modalidade Presencial, 12 na modalidade Semipresencial e 73 na modalidade EAD. Em relação ao número de vagas oferecidas, destaca-se o aumento de 68,56% em relação ao ano de 2017, com a oferta de 39.146 vagas. A DIRDEP destacou ainda o desenvolvimento da Educação à Distância, que possibilitou a ampliação da oferta de ações de formação e desenvolvimento a magistrados, servidores e colaboradores do TJMG.

Em 2018, houve a emissão de 43.783 certificados em cursos realizados pela Escola Judicial. A grande maioria - 81% - foram emitidos para servidores da Primeira e Segunda Instâncias.

[\[18\]](#) Processo SEI 004279-31.2019.8.13.0000, Relatório DIRDEP 1805167.

QUADRO XXXII			
PARTICIPAÇÕES E CERTIFICAÇÕES EM AÇÕES EJEJ, POR PÚBLICO			
Público	Número de participações	Número de certificados	Índice de não conclusão
Magistrados do TJMG	2.505	2.091	16,53%
Servidores do TJMG	41.554	35.501	14,57%
Estagiários do TJMG	4.897	3.163	35,41%
Outros	3.680	3.028	17,72%
Total	52.636	43.783	16,82%

Fonte: Relatório de Prestação de Contas DIRDEP - Processo SEI 0004279-31.2019.8.13.0000

O quadro abaixo demonstra a execução da ação 2109, por item de despesa. O maior volume de gastos ficou concentrado na classificação 14-01 – Diárias. Ressalte-se, porém, que, conforme abordado acima, a EJEJ promoveu um número maior de cursos na modalidade presencial, atendendo a um público maior de magistrados e servidores.

QUADRO XXXIII						
MAIORES DESPESAS - POR ELEMENTO-ITEM DE DESPESA - AÇÃO 2109						
Posição	Ação	Elemento	Item	Item Despesa - Descrição	Total	% em relação ao total
1	2109	14	1	DIARIAS - CIVIL	3.355.281,10	74,97%
2	2109	39	53	CURSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROMOVIDOS PELO ESTADO	267.047,90	5,97%
3	2109	92	2	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	211.219,20	4,72%
4	2109	35	2	SERVIÇOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURÍDICA	168.120,00	3,76%
5	2109	39	55	EVENTOS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	165.439,29	3,70%
6	2109	39	24	CURSOS, EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS	118.634,81	2,65%
7	2109	39	3	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	59.929,50	1,34%
8	2109	36	19	CONFERÊNCIAS E EXPOSIÇÕES	47.555,76	1,06%
9	2109	39	50	SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	37.650,47	0,84%
10	2109	47	99	OUTROS - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	19.219,60	0,43%
11	2109	36	14	MONITORES, FISCAIS E EXAMINADORES	14.445,60	0,32%
12	2109	13	17	INSS - DEMAIS DESPESAS	5.780,40	0,13%
13	2109	36	4	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS	3.780,00	0,08%
14	2109	93	26	RESTITUIÇÃO REFERENTE A TAXA DE INSCRIÇÃO, MATERIAL E SIMILARES	1.486,58	0,03%
15	2109	30	4	MATERIAL GRÁFICO E IMPRESSOS	-	0,00%
16	2109	92	1	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PESSOAL	-	0,00%
TOTAL					4.475.590,21	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI MG

Com relação à unidade de medida da meta física e seu percentual de cumprimento, a DIRDEP manifestou pela proposta de revisão dos critérios de medida, uma vez que, segundo aquela Diretoria, o produto “pessoa formada, capacitada e treinada” gera dificuldades de controle por aquela Diretoria. A proposta é para que o produto seja alterado para “certificados emitidos”, por considerar uma medida mais adequada à produtividade real da Escola Judicial.

No tocante à estratégia da instituição, a DIRDEP procurou cumprir, em 2018, a seguinte meta: “capacitar 65% dos gestores do TJMG em pelo menos uma das áreas de conhecimento de gestão para resultados, gestão por processos, gestão matricial ou gestão de pessoas”. Esta meta, por sua vez, encontra-se associada ao Macrodesafio 8 – Melhoria da Gestão de Pessoas, do Planejamento Estratégico do Tribunal. Em 2018, segundo dados da DIRDEP, dos 2.394 gestores do TJMG, foram capacitados 1.620, o que corresponde a 67,67% do total.

Por fim, cumpre-nos registrar informação da DIRDEP atinente ao Programa “Gestão por Competências”, que é desenvolvido pela Escola desde 2014. Conforme informações daquela Diretoria, a previsão de implantação desse Programa é em 2019. No ano de 2018, foi proposto um novo modelo de avaliação de desempenho, baseado em competências organizacionais, de gestores e de servidores.

Os quadros a seguir demonstram a execução mensal da ação, bem como a execução territorializada.

QUADRO XXXIV						
EXECUÇÃO MENSAL - AÇÃO 2109 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS						
Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
	Física	Física		Orçamentária	Orçamentária	
Jan	2	2	2	94.851,46	94.851,46	94.851,46
Fev	897	897	897	424.473,00	424.473,00	424.473,00
Mar	1.800	2.103	2.103	450.000,00	535.836,04	535.836,04
Abr	2.000	1.325	1.325	500.000,00	212.556,05	212.556,05
Mai	1.800	2.198	2.198	550.000,00	409.491,45	409.491,45
Jun	1.500	2.597	2.597	480.000,00	486.040,55	486.040,55
Jul	500	302	302	150.000,00	200.476,45	200.476,45
Ago	1.200	257	257	146.000,00	217.100,58	217.100,58
Set	2.000	265	265	500.000,00	372.848,59	372.848,59
Out	1.800	1.119	1.119	450.000,00	605.309,26	605.309,26
Nov	1.504	751	751	400.000,00	701.299,72	701.299,72
Dez	400	400	557	350.576,54	335.617,85	215.307,06
Total	15.403	12.216	12.373	4.495.901,00	4.595.901,00	4.475.590,21

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

QUADRO XXXV								
EXECUÇÃO TERRITORIALIZADA DA AÇÃO 2109 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS								
Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise vertical (B) %
Alto Jequitinhonha	159	138	86,79	1,12	46.411,00	45.291,05	97,59	1,01
Caparaó	373	297	79,62	2,40	108.873,00	95.321,49	87,55	2,13
Central	205	151	73,66	1,22	59.836,00	46.980,95	78,52	1,05
Mata	778	848	109,00	6,85	227.075,00	272.037,12	119,80	6,08
Médio e Baixo Jequitinhonha	137	110	80,29	0,89	39.989,00	38.047,09	95,14	0,85
Metropolitano	7.989	4.897	61,30	39,58	2.331.866,00	1.892.515,91	81,16	42,29
Mucuri	125	177	141,60	1,43	36.486,00	59.425,80	162,87	1,33
Multiterritorial	120	78	65,00	0,63	35.026,00	59.193,48	169,00	1,32
Noroeste	336	306	91,07	2,47	98.073,00	107.177,66	109,28	2,39
Norte	541	444	82,07	3,59	157.910,00	150.708,36	95,44	3,37
Oeste	737	732	99,32	5,92	215.121,00	252.556,20	117,40	5,64
Sudoeste	363	363	100,00	2,93	105.956,00	130.433,58	123,10	2,91
Sul	1.349	1.009	74,80	8,15	393.757,00	323.703,74	82,21	7,23
Triângulo Norte	685	824	120,29	6,66	199.942,00	370.691,75	185,40	8,28
Triângulo Sul	396	371	93,69	3,00	115.586,00	130.508,19	112,91	2,92
Vale do Aço	362	951	262,71	7,69	105.662,00	276.300,76	261,49	6,17
Vale do Rio Doce	359	326	90,81	2,63	104.788,00	114.091,22	108,88	2,55
Vertentes	389	351	90,23	2,84	113.544,00	110.605,86	97,41	2,47
Total	15.403	12.373	80,33	100,00	4.495.901,00	4.475.590,21	99,55	100,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

4 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A proposta orçamentária do FEPJ foi elaborada com base no Painel Estratégico 2015-2020 e seus Macrodesafios, estabelecidos na Resolução nº 823/2016, com metas e iniciativas a serem executadas em 2018.

No ano de 2018, foi realizada uma Reunião de Análise da Estratégia com o Comitê Estratégico, a Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças e o Grupo Coordenador do FEPJ, na data de 14/08/2018, conforme cópia da Ata, anexa a este Relatório.

O Grupo Coordenador do FEPJ, juntamente com a Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças reuniram-se nas datas de 02/03/2018 e 22/05/2018, conforme cópia das Atas, anexas a este Relatório.

A estratégia deste Tribunal de Justiça está caracterizada sob três perspectivas, e pelos macrodesafios e metas demonstrados a seguir:

1. PERSPECTIVA SOCIEDADE

Macrodesafio 01 – Garantia dos direitos à cidadania

Garantir ao cidadão os direitos estabelecidos no art. 1º, inciso II, da Constituição Federal e a razoável duração do processo observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

2. PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 02 – Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a Administração Pública.

Macrodesafio 03 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Garantir a razoável duração do processo, por meio da prestação jurisdicional ágil e efetiva, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Macrodesafio 04 – Adoção de soluções alternativas para os conflitos

Fomentar a resolução negociada dos conflitos, por meio de mecanismos extra-judiciais tais como a conciliação, a mediação, a arbitragem e a formação de agentes comunitários de justiça, com participação ativa do cidadão e parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público e outras entidades afins.

Macrodesafio 05 – Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Reduzir o acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, dos operadores de telefonia, entre outros, com o objetivo de reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, criação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Macrodesafio 06 – Impulso às execuções fiscais e cíveis

Garantir efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis, por meio da adoção de mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (Bacenjud, Renajud, Infojud); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias da fazenda, Juntas Comerciais, Cartórios de Registro de Imóveis e de protestos de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito (Serasa, SPC, etc.).

Macrodesafio 07 – Aprimoramento da gestão da justiça criminal

Adotar medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema prisional, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciárias e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende-se reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

3. PERSPECTIVA RECURSOS

Macrodesafio 08 – Melhoria da gestão de pessoas

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotadas de condições salariais e de trabalho; de benefícios e de desenvolvimento das pessoas, objetivando potencializar o capital humano na Justiça de 1º e 2º Graus. Considera a promoção de ações relacionadas ao desenvolvimento das competências gerenciais e técnicas de servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensa; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Macrodesafio 09 – Aperfeiçoamento da gestão de custos

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução de desperdícios de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do TJMG.

Macrodesafio 10 – Instituição da governança judiciária

Trata-se da formulação, da implantação e do monitoramento das estratégias institucionais. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do TJMG e à adoção de melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Macrodesafio 11 – Melhoria da infraestrutura e governança de TIC

Refere-se ao uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e da Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa conferir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

PAINEL ESTRATÉGICO 2018

Perspectiva	Macrodesafio	Indicadores	O que mede?	Meta	Gestor(es)	% Cumprimento Janeiro a Dezembro de 2018
Sociedade	1	Índice de Percepção dos clientes	Percepção dos clientes quanto ao atendimento prestado pelo TJMG	Auferir no mínimo 70% de votos nas categorias "Bom" e "Ótimo".	Dr. Antônio Carlos Parreira	0,00%
		Índice de execução do Plano de Logística Sustentável	Ações realizadas dentro do prazo previsto no Plano de Logística Sustentável (PLS)	Executar no mínimo 80% das ações previstas no Plano de Logística Sustentável dentro dos prazos previstos.	Desa. Mônica Libânio	60,00%
		Índice de alcance de Metas do Plano de Logística Sustentável	Metas alcançadas dentro do prazo previsto no Plano de Logística Sustentável (PLS)	Alcançar no mínimo 80% das metas previstas no Plano de Logística Sustentável.	Desa. Mônica Libânio	68,40%
		Índice de orçamento executado para os projetos sociais do TJMG	Percentual de orçamento executado pelos projetos sociais em relação ao orçamento previsto na ação orçamentária Processamento Judiciário	Executar no mínimo 1,5% do orçamento previsto na ação orçamentária Processamento Judiciário com projetos sociais	Dr. Mauricio Pinto Ferreira	107,00%
	2	Índice de julgamento das ações de improbidade e combate à corrupção	Priorização do julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa	META 4 CNJ : Identificar e julgar até 31/12/2018, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2015	Dr. Guilherme Lima Nogueira Dr. Bruno Teixeira Lino	1º Grau: 74,02% 2º Grau: 127,45% Juizados Criminais 130,29%
		Índice de julgamentos monocráticos em até 60 dias - 2º Grau	Relação entre o número de julgamentos monocráticos em até 60 dias e o número total de julgamentos monocráticos no período	Julgar 100% dos processos em até 60 dias - julgamentos monocráticos pelo relator (2º grau)	Dr. Bruno Teixeira Lino	49,24%
		Índice de julgamentos colegiados em até 100 dias - 2º Grau	Relação entre o número de julgamentos colegiados em até 100 dias e o número total de julgamentos colegiados no período	Julgar 100% dos processos em até 100 dias - julgamentos colegiados (2º grau)	Dr. Bruno Teixeira Lino	44,18%

Processos Internos	3	Número de Comarcas com o Sistema de Processo Eletrônico (PJe) instalado	Quantidade de Comarcas com o Sistema PJe instalado no ano	Implantar o PJe em 9 Comarcas	Des. Wilson Benevides	222,22%	
		Índice de atendimento à demanda	Relação entre o número de julgamentos e o de processos distribuídos no ano corrente	META 1 CNJ: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	Dra. Soraya Hassan Baz Láuár Dr. Bruno Teixeira Lino	105,30%	
			Julgamento de processos mais antigos	META 2 CNJ: Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 1º grau, e até 31/12/2015 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais	Dra. Soraya Hassan Baz Láuár Dr. Bruno Teixeira Lino Dr. Francisco Ricardo Sales	1º Grau: 99,76% 2º Grau: 123,86% Juizados e Turma: 101,86%	
			Priorização do julgamento das ações coletivas	META 6 CNJ: Identificar e julgar até 31/12/2018, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 2º grau	Dr. Guilherme Lima Nogueira Dra. Eveline Felix Gonçalves Dr. Bruno Teixeira Lino	1º Grau: 83,33% 2º Grau: 125,00%	
	4	Índice de acordos	Aumento do número de acordos dos CEJUSC's em relação às sentenças homologatórias proferidas nas unidades jurisdicionais correlatas	Aumentar o número de acordos dos CEJUSC's em relação às sentenças homologatórias proferidas nas unidades jurisdicionais correlatas em 100%	Dr. Maurício Pinto Ferreira	430,00%	
		Número de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC's) instalados no ano	Quantidade de CEJUSC's instalados no ano	Instalar 20 Centros Judiciários	Dr. Maurício Pinto Ferreira	100,00% (20 Instalados)	
			Índice de Impulsão de processos à execução	A situação processual dos processos de execução durante o ano corrente	META 5 CNJ :Estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2018	Dr. Sérgio Henrique Cordeiro Caldas	79,37%
					Reduzir para 84% a		

6	Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal	Relação entre processos de execução fiscal baixados e os casos pendentes de julgamento	taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal municipal	Dr. Sérgio Henrique Cordeiro Caldas	111,88%
	Taxa de congestionamento das ações de execução cível	Relação entre processos de execução cível baixados e os casos pendentes de julgamento	Reduzir para 82% a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução cível	Dr. Sérgio Henrique Cordeiro Caldas	J. Comum: 95,16% JESP: 133,54%
7	Número de unidades com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa	A implementação de um projeto para oferecer o procedimento de Justiça Restaurativa	META 8 CNJ: Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2018.	Desa. Karin Emmerich	88,75%
	Índice de varas criminais com sistema de gravação de audiência	Relação entre o número de varas criminais com sistema de gravação de audiência instalado e o total de varas criminais	Implantar o sistema de gravação de audiência em 100% das varas criminais	Dr. Thiago Colnago Cabral	Aguardando retorno da área demandada
	Taxa de congestionamento de processos criminais na fase de conhecimento no 1º grau	Relação entre o número de processos baixados e os casos pendentes na fase de conhecimento no 1º grau	Reduzir para 70% a taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento	Dr. Thiago Colnago Cabral	95,73%
	Índice da população prisional controlada pelo SEEU	Relação entre o número de presos controlado pelo SEEU e o total da população prisional do Estado.	Controlar 95% da população prisional pelo SEEU	Dr. Thiago Colnago Cabral	90,00% (Percentual referente ao ano 2017)
8	Índice de capacitação dos gestores nas competências gerenciais	Relação entre os gestores capacitados nas áreas de conhecimento de gestão para resultados, gestão por processos, gestão matricial ou gestão de pessoas e o total de gestores do Tribunal	Capacitar 65% dos gestores do TJMG em pelo menos uma das áreas de conhecimento de gestão para resultados, gestão por processos, gestão matricial ou gestão de pessoas	Dra. Lisandre Borges Fortes da Costa Figueira	104,11%
	Redução de consumo	Redução do consumo de água e energia	Reduzir em no mínimo 2% o consumo de água e energia comparado ao ano anterior	Desa. Mônica Libânio	265,06% Água -513,1% Energia
	Redução de consumo	Redução do número de postagens	Reduzir em no mínimo 10% o número de postagens comparada ao ano anterior	Des. Carlos Henrique Perpétuo Braga	77,85%

Recursos	9	Redução dos custos	Redução das despesas com telefonia e locação de imóveis	Reduzir em no mínimo 10% o gasto com telefonia e locação de imóveis comparado ao ano anterior	Des. Carlos Henrique Perpétuo Braga	79,45% Telefonia 165,82% Locação
		Índice de redução da despesa por caso novo	Percentual de redução da despesa por caso novo em relação ao custo do processo apurado no ano anterior	Reduzir o valor da despesa por processo baixado em 10%	Dr. Thiago Colnago Cabral	-84,20%
		Índice de aderência orçamentária	Relação entre o orçamento executado e o planejado em cada iniciativa	Executar no mínimo 90% do orçamento previsto	Dr. Carlos Donizetti Ferreira e Silva	95,20%
	10	Número de processos judiciais eliminados	Quantidade de processos eliminados	Eliminar 1.200.000 processos judiciais	Dra. Lisandre Borges Fortes da Costa Figueira	112,80%
		Índice de execução do plano estratégico	Percentual das ações executadas em relação ao total de ações previstas no planejamento estratégico	Executar, no mínimo, 90% das ações programadas no Planejamento Estratégico	Des. Carlos Henrique Perpétuo Braga	Aguardando definição das Ações Programadas no Planejamento Estratégico
	11	Índice de cumprimento da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC)	Grau de cumprimento da Resolução 211/2015 do CNJ, conforme ficha de acompanhamento das ações a serem executadas até 2020	Executar 100% das ações de TIC estabelecidas na Resolução 211/2015 (Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD) previstas para 2018	Dr. Antônio Carlos Parreira	71,00%

5 - ACOMPANHAMENTO DAS METAS NACIONAIS

Em face do direcionamento nacional para atuação do Poder Judiciário emanado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ por meio da Resolução nº 198/2014, a gestão estratégica do TJMG para o período de 2015 a 2020 foi materializada pela Resolução nº 774, publicada em 19/11/2014.

As metas nacionais de 2018 foram aprovadas pelos Presidentes e representantes dos Tribunais no 11º Encontro Nacional do Judiciário, realizado nos dias 20 e 21 de novembro de 2017, em Brasília/DF. Elas são acompanhadas mensalmente pelo CNJ, por meio do Sistema de Metas Nacionais.

As metas institucionais são definidas e avaliadas por meio de reuniões de avaliação estratégica, também conhecidas como RAE. No ano de 2018, o Comitê Estratégico de Gestão Institucional reuniu-se em agosto para analisar o percentual de cumprimento das metas e deliberar sobre as medidas corretivas.

O quadro abaixo demonstra o cumprimento para o ano de 2018 e o comparativo das metas nacionais plurianuais do CNJ, considerando as metas que mantiveram os mesmos parâmetros de cálculo. Houve melhora nos resultados das metas 1 e 2. Foram observados aumentos percentuais de 1,96%, para a Meta 1, enquanto a Meta 2 apresentou aumento percentual médio de 7,29%.

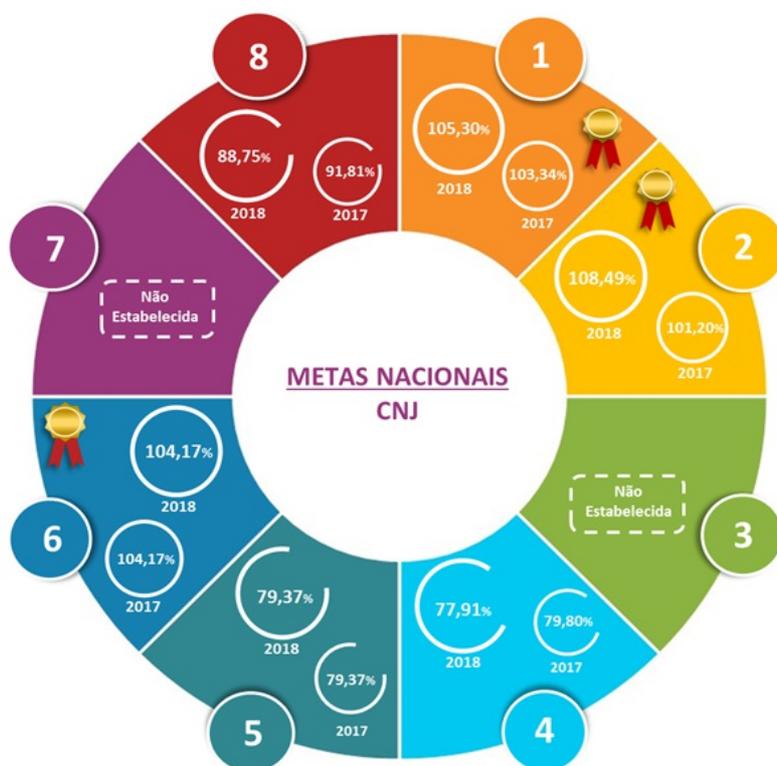
A Meta 6 foi alcançada, porém apresentou mesmo percentual de cumprimento do ano anterior. As Metas 3 e 7, no ano 2018, não foram estabelecidas para a justiça estadual. As Metas 4 e 8 apresentaram uma redução de 1,89 e 3,06 pontos percentuais, respectivamente.

Diversas ações estão sendo desenvolvidas e contribuirão também para o alcance de melhores resultados, porém o aprimoramento do controle de metas e a consolidação da gestão para resultados possibilitarão que tais resultados sejam percebidos pela sociedade.

Quadro XXXVI

Resultado e comparativo das Metas Nacionais do CNJ

2018



6 - ATOS DE GESTÃO

Além das Iniciativas Estratégicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para todo o Judiciário, as propostas definidas pelo TJMG como prioritárias em seu Planejamento abrangem o aprimoramento da Justiça, a responsabilidade social e a sustentabilidade.

Ao final do exercício de 2018, a Direção do TJMG apresentou resultados que demonstram o empenho deste Tribunal para prestar ao cidadão um serviço eficiente e de qualidade.

Os pilares sobre os quais se estrutura a atuação são o diálogo, o compromisso e o trabalho, que nortearam todas as ações realizadas no período.

- **Sistema Eletrônico Auxiliares da Justiça – Sistema AJ**

A Resolução nº 882/2018, de 09/10/2018, instituiu o Sistema Eletrônico Auxiliares da Justiça - Sistema AJ, cuja finalidade é o cadastro, credenciamento e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores, intérpretes, leiloeiros públicos e corretores.

O Sistema AJ, atualmente, é utilizado em todas as Comarcas do Estado de Minas Gerais e abrange todos os feitos em que há a necessidade de realização de perícia, tradução, interpretação, corretagem e leilão, amparados ou não pela gratuidade de justiça. Os profissionais interessados em atuar devem, obrigatoriamente, se cadastrar no referido sistema. Esse sistema também possibilita o credenciamento de órgãos técnicos e científicos e a utilização pelos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Essa iniciativa promove melhorias na tramitação processual, além de garantir uma gestão efetiva e eficaz dos recursos destinados à gratuidade de justiça.

- **Centro de Reconhecimento de Paternidade**

O Centro de Reconhecimento de Paternidade recebe as solicitações das mães e filhos maiores que desejam obter o reconhecimento da paternidade de seus filhos, ou de si mesmos, com vistas a dar início ao procedimento de averiguação de paternidade.

Em 2018, ocorreu o mutirão “Direito a Ter Pai”, em parceria com a Defensoria Pública, sendo realizados, em Belo Horizonte, aproximadamente 1.150 exames de DNA.

Além desse mutirão, mensalmente são realizados mais de 200 exames no bojo dos processos em andamento. Em julho, o CRP Itinerante, em parceria com o Hospital Espírita André Luiz, no Bairro Salgado Filho, em BH, realizou 38 atendimentos, resultando em sete reconhecimentos de paternidade sócioafetiva, dois reconhecimentos espontâneos de pais biológicos, sete retificações de certidão e seis agendamentos para exame de DNA.

- **SESPRE**

A SESPRE – Secretaria Especial da Presidência e das Comissões Permanentes – tem como objetivo assessorar e assegurar o funcionamento das Comissões Permanentes, elaborar minutas de projetos de lei, propostas de emenda regimental e atos normativos de interesse do Tribunal de Justiça, além de gerenciar o fluxo das atividades administrativas da Presidência e subsidiar a execução de projetos desenvolvidos pelo Presidente e pelo Superintendente Administrativo Adjunto do Tribunal.

No ano de 2018, foram distribuídos 107 processos, destes 57 estão concluídos, 29 em andamento e 31 “em mesa”. A Assessoria Jurídica da SESPRE, responsável pela tramitação de documentos com o CNJ, recebeu:

- 319 intimações CNJ de procedimentos para diligências junto às áreas do TJMG para informações que visem o seu cumprimento acatando o prazo estabelecido.
- 109 intimações de decisões do CNJ quanto a procedimentos já cumpridos, para ciência das áreas envolvidas.
- 29 Resoluções editadas pelo CNJ – encaminhadas às áreas competentes para conhecimento e providências.
- 133 defesas elaboradas para remessa ao CNJ.
- 681 ofícios emitidos para áreas do TJ e ao CNJ solicitando e prestando informações.
- 71 ofícios recebidos e respondidos ao CNJ via malote digital, e-mail ou sistemas específicos.

A coordenação de Apoio à Presidência recebeu 1.450 expedientes físicos e 4.935 processos, sendo 4.869 processos com andamento fechado ao final do período e os processos não concluídos.

- **Plano de Logística Sustentável (PLS)**

No ano de 2018, foram realizadas 4 reuniões com os grupos executivos. O Grupo Executivo de Compras e Contratações Sustentáveis – materiais de consumo, descartáveis e permanentes, limpeza, veículos e vigilância realizou a descentralização da solicitação dos materiais de consumo. Durante o ano de 2018, foram devolvidos mais de 3.500 itens de produtos não utilizados ou com defeito. Dentre eles, alguns ainda são passíveis de reutilização. Esse material devolvido ao estoque central do Tribunal em 2018 teve custo de aquisição de aproximadamente R\$ 40.000,00.

Já o Grupo Executivo de Racionalização do Consumo de Recursos naturais – água e esgoto,

combustíveis, energia elétrica e gestão de resíduos implantou o monitoramento do consumo de água e energia elétrica por cluster. O Grupo Executivo de Racionalização do Consumo de Recursos Administrativos - aluguéis, correios, impressão de documentos e equipamentos instalados e telefonia revisou e renegociou os contratos de telefonia e impressão. O Grupo Executivo de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Comunicação e Capacitação para Sustentabilidade realizou 14 campanhas voltadas para a qualidade de vida e o I Seminário da Rede Sustenta Minas.

Essas iniciativas, resultaram na redução de consumo de água em 9,48%, de postagens 7,7% e de telefonia em 12,15%. Em 2018, foram firmados cerca de 13 convênios com associações de reciclagem em Comarcas do interior.

- **SEEU**

A implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) nas Comarcas do interior encerrou-se no fim do ano de 2018. Atualmente, 125.803 pessoas têm suas execuções penais acompanhadas em tempo real. Desse universo, 44.364 mil estão sendo executadas em regime fechado.

- **Programa Pontualidade**

Em 2018, por meio da Portaria nº 429/2018, foi instituído o Projeto Pontualidade, cujo objetivo é agilizar a prestação jurisdicional em regime de cooperação nas unidades jurisdicionais da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais, que apresentem elevado acervo processual pendentes de atos judiciais e de ofício.

O projeto julga os processos, por meio de regime virtual de cooperação, nas Comarcas do interior que não dispõem de juiz titular ou que apresentem, momentaneamente, congestionamento em seu acervo processual.

- **Juiz Leigo**

Em 2015, por meio da Resolução nº 792/2015, houve a implantação das funções de Juiz Leigo no âmbito do TJMG, em conformidade com a Lei Federal nº 9.099, de 26/09/1995.

Em 2018, foram realizadas 109.585 de audiências de conciliação, 20.044 de audiências de instrução e julgamento, 19.005 homologações de termos de acordos.

O projeto de sentença de julgamento antecipado homologou 11.922 sentenças.

- **Plano de Eliminação de Documental**

Em 2018, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais eliminou 1.353.701 documentos judiciais findos. O índice de cumprimento da meta institucional definida para 2018 foi de 112,8%.

Foram transferidas 133.680 caixas-arquivo ao arquivo central e desarquivado uma média de 2.940 processos mês. Além disso, realizou-se mudanças de acervo para prédios novos de fórum, permitindo extinção dos contratos de locação para arquivo em 3 Comarcas: Contagem, Tupaciguara e Uberlândia.

Paralelamente ao plano de eliminação de documentos judiciais, houve eliminação do equivalente a 2.296 caixas arquivo de documentos administrativos, que correspondem 344,4 metros lineares. Ademais, foram doados 339,580 Kg de papel/papelão à Asmare, decorrentes da eliminação.

- **Economicidade**

Dos recursos previstos para as licitações para aquisição de bens, contratação de obras e serviços para o TJMG, foi homologado, no período de janeiro a dezembro de 2018, o montante de R\$595.269.940,37, economizando o expressivo valor de R\$ 154.111.135,54, perfazendo o percentual de economia de 20,57% do valor estimado nos orçamentos de referência para os procedimentos licitatórios.

Além da economia obtida nos diversos contratos negociados pela COMPOS, foi computada

economia relativa à aplicação do IGP-M negativo em contratos de locação de imóvel. As reduções foram aplicadas em contratos com data base de agosto/2017 a abril/2018. O que resultou R\$ 3.074.214,14 em economia obtida nessas negociações, considerando o total de meses até o término dos contratos.

No decorrer de 2018, a GESUP passou a entregar materiais de escritório com veículo próprio do Tribunal em 56 Comarcas. Essa ação resultou em economia da ordem de R\$175.667,67.

O Tribunal adotou a prática de concessão de férias aos terceirizados durante o recesso, o que gerou uma economia estimada no valor de R\$ 8.571.266,52. Outra iniciativa desenvolvida foi a diminuição dos valores dos serviços de Mensageria à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, o que gerou uma redução anual R\$ 692.526,48 no contrato de prestação desses serviços.

- **Implantação do SIAD**

O Sistema Integrado de Administração e Serviço – SIAD é o sistema informatizado do Estado de Minas Gerais, integrado aos demais sistemas corporativos estaduais, com interface em tempo real com o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG. O SIAD tem a finalidade de controlar o ciclo dos materiais e serviços, desde a aquisição até a distribuição dos materiais de consumo, a baixa dos bens permanentes do patrimônio e a realização dos serviços. Em 2018, foi implantado o processamento integralmente eletrônico/digital para suas aquisições e contratações nos ambientes virtuais do SIAD e do SEI, exceto para procedimentos licitatórios. A utilização do SEI em processos licitatórios, como ferramenta auxiliar dos autos físicos, também contribuiu significativamente para o aprimoramento de seus fluxos.

- **Projeto Julgamento Virtual**

O Projeto piloto Julgamento Virtual foi realizado na 8ª Câmara Cível. A sessão de julgamento empregou a ferramenta Radar, para identificar e separar recursos com pedidos idênticos. Os relatores elaboram o voto padrão a partir de teses fixadas pelos Tribunais Superiores e pelo próprio Tribunal de Justiça mineiro e o colocam na plataforma digital. Com o uso dessa ferramenta foi possível julgar em segundos 280 processos. Esse projeto impacta na Celeridade da prestação jurisdicional.

- **Implantação do Desdobramento do Planejamento Estratégico nas Unidades Judiciárias**

A Resolução nº 827/2016, que dispõe sobre o desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias da Justiça Comum de Primeiro Grau, com o propósito de maior eficácia na prestação jurisdicional implantou o Desdobramento do Planejamento Estratégico em 48 Unidades Judiciárias em 2018. Foram realizadas 29 visitas técnicas e 117 acompanhamentos do desempenho das atividades relacionadas ao Planejamento e à Gestão da Unidade Judiciária.

- **Sistema Eletrônico de Informação (SEI)**

O SEI consiste no Sistema Eletrônico de Informação, instituído pela Portaria Conjunta nº 573, de 30/09/2016, e regulamentado pela Portaria Conjunta nº 593, de 01/12/2016. Ao longo de 2018, foram gerados 690.232 documentos, 136.134 processos e incluídos e recebidos 464.982 documentos nesse sistema. Inventário patrimonial, promoção vertical de servidores, assinatura de convênios foram alguns procedimentos inaugurados no SEI, que contribuíram para a eficiência administrativa. Destaca-se que só com a promoção vertical, foram identificadas as seguintes economias: cerca de 125 mil folhas de papel A4, gramatura 75 g/m2, utilizados pelos servidores quando da inscrição sendo todas impressas ou fotocopiadas; 4.200 capas de autuação gramatura de 240 g/m2, 4.160 grampos para pastas, 500 caixas para arquivo, 200 escaninhos metálicos, 12 mil impressões feitas pela Comissão Examinadora da Promoção Vertical - COMPROVE, referentes às planilhas e pedidos de reconsideração; 1.500 caixas-arquivo, além do dispêndio com local de arquivamento, combustível para envio dos documentos, segurança, dentre outros. Materiais diversos, como canetas marca texto, esferográficas, lápis, borracha, cola, fita, carimbos etc. Além disso, a equipe SEI realizou 16.227 atendimentos.

- **Execução Penal Humanizada**

Humanizar o cumprimento das penas privativas de liberdade, apostando na recuperação do ser humano que cometeu um crime, é o objetivo central da APAC. Doze elementos sustentam a metodologia, dentre eles a participação da comunidade, o trabalho, a assistência jurídica, a valorização humana, a família. Nos dias 12 e 13 de novembro, foi realizado o seminário “Sistema prisional, direitos humanos e metodologia APAC: desafios e perspectivas”. Na mesma data, foi aberta a exposição fotográfica “Do amor ninguém foge”, com imagens do dia a dia de recuperandos. A partir de 2018, a parceria do Minas Pela Paz com as APACs passou a denominar-se Programa Pró-APAC devido à ampliação da qualificação de recuperandos e à preparação para o mercado de trabalho, além do fortalecimento e expansão da metodologia apaquiana. Ao longo do ano de 2018, foram ministrados dois cursos de capacitação de gestores, de encarregados e de inspetores nas APACs. Esses cursos atenderam 160 participantes.

- **Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ)**

O PAI-PJ está estruturado em um Núcleo Supervisor na Comarca de Belo Horizonte, o qual atua no Estado, e Núcleos Regionais, nas Comarcas de Belo Horizonte, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Itaúna, Barbacena, Juiz de Fora, Divinópolis (atividades suspensas no momento) e Ipatinga (atividades suspensas), que recebem supervisão e orientação metodológica do Núcleo Supervisor.

No ano de 2018, foram retomadas atividades visando à continuidade da publicação da Revista Responsabilidades. Nos dias 1 e 2/3/2018, foi realizado o seminário “Quais fundamentos permitem pensar a responsabilidade como uma condição humana na filosofia do direito?”. Em abril, foram realizados os seminários internos “o que é Acompanhamento Terapêutico?”, “A construção de caso clínico: introdução teórica” e “A construção de caso clínico: metodologia e implicações práticas”. Em setembro, foram realizados os seminários internos “Questões jurídicas relativas ao trabalho do PAI-PJ” e “O tripé da seguridade social”. Nos dias 13 e 14 de dezembro 2018, foi realizado o Seminário de Ensino do PAI-PJ, como fechamento das atividades de formação que aconteceram ao longo do ano para a equipe técnica do programa, contando com a presença de servidores, estagiários e colaboradores cedidos provenientes dos núcleos do PAI-PJ implantados no Estado de Minas Gerais. Os temas do seminário de fechamento foram “Para não dizer que não falei das drogas”; “Leitura, comentários e escrita dos casos do Ateliê Clínico do PAI-PJ” e “Quando está amarrado: a clínica do PAI-PJ”. Em dezembro de 2018, o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) possuía 915 pacientes judiciários em acompanhamento no Estado de Minas Gerais.

- **Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF)**

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF), responsável pela inspeção dos estabelecimentos penais, cuida das garantias legais dos condenados e seus familiares bem como monitora o cumprimento da lei. Atua junto com o sistema de defesa social na busca de soluções para a otimização da execução das penas e medidas socioeducativas. Em 2018, foi instituída a Conta Regional de Destinação de Prestações Pecuniárias, por meio da qual se tornou possível repassar valores para as localidades cujos projetos são aprovados pelo GMF do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No ano de 2018, o Colegiado do GMF/MG reuniu-se em oito oportunidades para debater e deliberar sobre assuntos de sua competência, por vezes com a participação de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e do Poder Executivo com atuação na segurança pública e administração prisional.

- **Implantação do CEMPE - Central de Expedição de Mandados de Processo Eletrônico**

Esse projeto tem por objetivo adequar o módulo para permitir o controle de emissão e distribuição de mandados e outras funcionalidades no sistema, para atender a expansão do Sistema de Execução Penal – SEEU, no âmbito das secretarias do Tribunal e Justiça de Minas Gerais. A Central atende atualmente as 296 Comarcas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

- **Alvará de Soltura Eletrônico**

Esse Projeto permite o envio eletrônico do Alvará de Soltura à Polícia Civil para consulta de eventuais impedimentos e, após, o envio às unidades custodiantes para a efetivação da soltura. No ano de 2018, o Projeto expandiu para 17 Comarcas: Belo Horizonte, Carmo do Paranaíba,

Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Igarapé, Juiz de Fora, Patrocínio, Ribeirão das Neves, Uberlândia, Uberaba, Vespasiano, Betim, Ibitiré, Ipatinga, Pará de Minas e Sete Lagoas.

- **Plano de Fiscalização das Unidades Judiciárias**

O Plano de Fiscalização das Unidades Judiciárias manteve o formato inovador desenvolvido para direcionar os trabalhos para os pontos considerados vitais pela Administração Superior do TJMG. As correções extraordinárias são realizadas segundo as diretrizes estabelecidas pelo Provimento Conjunto nº 54, de 2016, com os parâmetros estabelecidos pela Resolução 819/2016 e pelo Provimento Conjunto 54/2016. As atividades de fiscalização tem como base critérios objetivos, tais como: escore padronizado e índice de criticidade, produtividade dos Juizes, tarefas pendentes do PJe, feitos conclusos para decisão e julgamento há mais de 100 dias e percentuais de cumprimento das Metas do CNJ. Foram realizadas Correções Extraordinárias e Inspeções Técnicas em 111 Unidades Judiciárias, o que representa a fiscalização de aproximadamente 13,2% das unidades do Estado. Além disso, foram realizadas 546 inspeções remotas, com o monitoramentos à distância, por meio de levantamento de dados estatísticos. Na Correção Ordinária Geral, todas as 296 Comarcas do Estado de Minas Gerais enviaram cerca de 2.000 formulários eletrônicos, via SISCOR.

- **Destinação de Armas de Fogo, Acessórios e Munições**

A finalidade dessa ação é destinar e destruir as armas de fogo, acessórios e munições nos processos criminais/infracionais que já possuam laudo pericial do armamento, efetivar a baixa dos processos que estejam aptos para tanto, reduzir o acervo total de feitos ativos do TJMG e melhorar o seu IPC-Jus, eliminar as armas de fogo e munições, melhorando a segurança dos fóruns. Foram destinadas e encaminhadas ao Exército Brasileiro para destruição mais de 11.000 armas de fogo, além do tratamento e da atualização do banco de dados do TJMG.

- **Plano de Fiscalização os Serviços Notariais e de Registro**

Em 2018, foram fiscalizadas 109 serventias, em 35 Comarcas do Estado de Minas Gerais. O objetivo dessa fiscalização é permitir que Corregedoria verifique a regularidade da atividade exercida pelos serviços notariais e de registro, além de conhecer de denúncias, de reclamações ou de sugestões apresentadas. A avaliação in loco dos serviços notariais e de registro proporciona uma visão mais ampla da atuação dos notários e registradores, no exercício das funções a eles delegadas, permitindo uma melhor orientação pedagógica, objetivando assegurar aos usuários um serviço eficiente e seguro, além de contribuir para a preservação das receitas orçamentárias do TJMG decorrentes da arrecadação da Taxa de Fiscalização Judiciária, destinada ao Fundo Especial do Poder Judiciário.

- **Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC**

Os CEJUSCs foram criados para atender aos Juízos, Juizados ou Varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família ou dos Juizados Especiais Cíveis e Fazendários, onde serão realizadas as sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como o atendimento e orientação ao cidadão.

A instalação dos CEJUSCs em todas as Comarcas de Minas Gerais representa a instrumentalização de mecanismos consensuais de solução de conflitos, por meio da conciliação e da mediação, ampliando as alternativas para o cidadão no enfrentamento de problemas jurídicos e de conflitos de interesse.

Foram instalados 20 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania nas Comarcas do TJMG no ano de 2018 e foram realizados 186.393 acordos pré-processuais.

- **CEJUSC itinerante**

Essa iniciativa tem o objetivo de fomentar o acesso à Justiça, em especial promover o atendimento a cidadãos residentes em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e que não são sedes de Comarca. Para que essas regiões possam participar são montadas estruturas temporárias de CEJUSC, viabilizadas por meio de parcerias locais, evitando que a população local tenha que se deslocar às sedes de Comarca.

No ano de 2018, foram contemplados 13 municípios (Fronteira dos Vales, Monte Formoso, Frei Inocêncio, Mathias Lobato, Rio Vermelho, Senhora do Porto, Indianópolis, Distrito de Canabrava, Distrito de Luislândia do Oeste, Matutina, Orizânia, Pedra Bonita e Sericita) com cerca de 87 audiências e 42 acordos.

- **Criação do Posto de Atendimento Pré-Processual Imobiliário – PAPRE**

O Presidente do TJMG e a 3ª Vice-Presidente assinaram, em 1º de agosto de 2018, termo de cooperação técnica para a criação do Posto de Atendimento Pré-Processual Imobiliário – PAPRE, vinculado ao CEJUSC de Belo Horizonte, com o objetivo de realizar sessões prévias de conciliação em ações que apresentem demandas imobiliárias.

- **Instalação de Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual – PACES**

Trata-se de convênio firmado entre o Tribunal de Minas Gerais, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB e a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - FEDERAMINAS, que tem por objetivo a realização de sessões de conciliação prévia antes do ajuizamento da ação, com posterior homologação dos acordos obtidos.

Os PACES contribuem de forma expressiva para a política de desjudicialização, para a pacificação social, para a democratização do acesso à Justiça e para a promoção da cultura da conciliação. Foram realizados cerca de 1850 acordos que somados totalizaram R\$ 2.361.549,82.

- **Capacitação em Mediação e Conciliação**

Com o objetivo de capacitar os conciliadores e mediadores que atuam nos CEJUSCs, cumprindo o que determina a Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos, a realização de cursos de capacitação tem se intensificado cada dia mais, com o essencial apoio da 2ª Vice-Presidência, por intermédio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. No ano de 2018, foram capacitados, na modalidade teórica, 744 mediadores e conciliadores, dos quais:

- 570 em 2 capacitações à distância;
- 174 alunos em capacitações presenciais.

Nesse período, foram certificados 553 mediadores e conciliadores que concluíram também a etapa prática.

- **Mutirões de Conciliação**

A 13ª edição da Semana Nacional da Conciliação do TJMG ocorreu no período de 05 novembro a 09 de novembro de 2018. Essa semana representa a instrumentalização de um programa estabelecido pelo CNJ, do qual o TJMG faz parte, que valoriza e incentiva os métodos consensuais de resolução de conflitos, ampliando as alternativas para o cidadão no enfrentamento de problemas jurídicos e de conflitos de interesses. Em 2018, foram designadas 43.063 audiências com homologação e 20.543 acordos.

Além dos acordos realizados na semana de conciliação, o Tribunal atuou junto aos grandes litigantes de modo a estimular a autocomposição, com vistas à integração e conjugação de esforços em apoio ao movimento pela conciliação. O balanço dessa iniciativa foi a realização:

- 43 mutirões DPVAT Seguradora Líder, com 793 acordos que somados totalizaram R\$ 142.580,12;
- 14 mutirões bancários, com 107 acordos que somados totalizaram R\$ 454.501,17;

9 mutirões COHAB, Companhia de Habitação de Minas Gerais, com 1574 acordos que somados totalizaram R\$ 3.789.586,63.

SELMARA ALVES FERNANDES

Assessora Técnica ao Planejamento e à Gestão Institucional

CAMILA FERNANDA MAGALHÃES AVELAR

Assessora Técnica ao Planejamento e à Gestão Institucional – em substituição^[19]

CARLOS EDUARDO CAMAROTA

Assessor Técnico ao Planejamento e à Gestão Institucional

LUÍS CLÁUDIO DE SOUSA ALBERTO

Gerente do Centro de Informações para Gestão Institucional

JOÃO VICTOR SILVEIRA REZENDE

Diretor Executivo de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional

[19] Em substituição até o dia 28/02/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Fernanda Magalhães Avelar, Oficial Judiciário**, em 09/05/2019, às 15:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Camarota, Assessor Técnico**, em 09/05/2019, às 16:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Selmara Alves Fernandes, Assessor Técnico**, em 09/05/2019, às 16:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Claudio de Souza Alberto, Gerente**, em 10/05/2019, às 16:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Victor Silveira Rezende, Diretor de Secretaria**, em 13/05/2019, às 15:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2145429** e o código CRC **4B10782F**.